



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MANOEL LOURENÇO DA CRUZ MORAIS

**AS ELITES DA POLITICA AMAPAENSE, NA FORMAÇÃO DA PRIMEIRA
LEGISLATURA (1991-1994)**

MACAPÁ-AP

2024



MANOEL LOURENÇO DA CRUZ MORAIS

**AS ELITES DA POLÍTICA AMAPAENSE, NA FORMAÇÃO DA PRIMEIRA
LEGISLATURA (1991-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poder, memória e representações.

Orientador : Prof. Dr. Grabriel Lima Marques

Macapá-AP

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

M828e Morais, Manoel Lourenço da Cruz.
As elites da política amapaense, na formação da primeira legislatura (1991-1994) /
Manoel Lourenço da Cruz Morais. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico. 93 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de
Pós-graduação em História Social, Macapá, 2025.
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Lima Marques.
Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Elite política. 2. Oligarquia. 3. Poder, Governo. I. Marques, Gabriel Lima, orientador. II.
Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.9811

MORAIS, Manoel Lourenço da Cruz. **As elites da política amapaense, na formação da primeira legislatura (1991-1994)**.
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Lima Marques. 2025. 93 f. Dissertação (Mestrado) - História Social. Universidade Federal do
Amapá, Macapá, 2025.

MANOEL LOURENÇO DA CRUZ MORAIS

**AS ELITES DA POLÍTICA AMAPAENSE, NA FORMAÇÃO DA PRIMEIRA
LEGISLATURA (1991-1994)**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UNIFAP
Aprovada em

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Presidente e orientador:

Gabriel Lima Marques (prof.Dr.,Unifap) _____

2 ° Examinador :

Davidson Afonso de Ramos (Prof.Dr., Ufvjm) _____

3^a Examinadora:

Maura Leal da Silva (Prof.Dra., Unifap) _____

Macapá-AP

2024

Ao meu pai, Manoel do Espírito Santo F. de Moraes (*in memoriam*), com saudades.

A minha mãe, Maria Tereza, a Cleia, ao Lucas e Carol, com amor.

A todos os que de forma direta ou indiretamente contribuíram com esse árduo trabalho. Gratidão...

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo ao meu pai, o senhor Manoel do Espírito Santos, que se fez e faz presente de inúmeras maneiras na minha vida. Mesmo que se tenha ido já há algum tempo, em cada passo da caminhada posso sentir sua presença ao meu lado. Sou grato por todas as maneiras e ações que ele me ensinou. Também sou e serei eternamente grato a minha mãe, Maria Tereza, a minha esposa Ana Cleia e aos meus filhos amados Lucas e Carol, que acompanham de perto minha jornada e sabem, mais do que ninguém, das dificuldades que enfrentei. Gratidão.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Gabriel Marques, que, dedicou parte de seu tempo na construção desse projeto. Estendo meus agradecimentos aos demais docentes do PPGH/Unifap. Em especial, agradeço ao professor Marcos Vinicius, que, além de tudo, tornou-se um amigo querido e grande incentivador.

Por fim, deixo minha eterna gratidão aos poucos, mas leais amigos, e incentivadores que sempre marcam sua presença em momentos difíceis mais superáveis.

"Os homens fazem sua própria história; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sobre as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram."

Karl Marx

RESUMO

MORAIS, Manoel Lourenço da Cruz. Macapá. As elites da política amapaense na formação da primeira legislatura (1991-1994). Macapá. 2024. 93f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amapá.

Essa dissertação investiga e busca esclarecer sobre a formação de uma possível elite e ou oligarquia política amapaense na formação política da primeira legislatura dos deputados estaduais, eleitos entre o pleito de 1991-1994. Entendemos a formação e a trajetória política amapaense como uma etapa crucial para angariar aos postos políticos hoje ocupados. Para isso, serão utilizados conceitos que irão fundamentar o texto. São conceitos que estão estreitamente ligados ao desenvolver do trabalho proposto. Quais sejam os conceitos de Elites, Elite Política e Oligarquia, utilizando-se das contribuições teóricas deixadas por três autores clássicos elitistas: Gaetano Mosca (1966), Vilfredo Pareto (1984) e Robert Michels (1982). Concluímos, a partir dos dados analisados, haver uma elite intelectual, externa em sua origem formativa local e composta em sua maioria de homens. Com relativa baixa circulação no seio das elites mercantis que formavam os nomes constituintes da elite local.

Palavras-chave: Elite política, Oligarquia, Poder, Governo

Resumen: Esta disertación pretende investigar y esclarecer La formación de una posible élite y/o oligarquía política en Amapá en la formación política de la primera legislatura de diputados estatales, electa entre las elecciones de 1991-1994. Entendemos la formación y trayectoria política de Amapá como un paso crucial para atraer los cargos políticos que actualmente ocupa. Para ello se utilizarán los conceptos que servirán de base al texto. Estos son conceptos que están estrechamente ligados al desarrollo del trabajo propuesto. Cuáles son los conceptos de Élites, Élite Política y Oligarquía, utilizando los aportes teóricos dejados por tres autores elitistas clásicos: Gaetano Mosca (1966), Vilfredo Pareto (1984) y Robert Michels (1982).

Palavras-chave: Elite política, Oligarquia, Poder, Gobierno.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Divisão administrativa do Território Federal do Amapá (1956 a 1987)..... 51

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Exploração de manganês, Serra do navio- Ap.(1986)..... 52

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Deputados eleitos e Partidos políticos..... 66

Tabela 02-Posição do Parlamentar na Legislatura de 1991- 1994..... 68

Tabela 03 - Origem familiar do parlamentar e composição na bancada..... 70

Tabela 04 - Deputados (a) Partidos Político e Profissão..... 71

Tabela 05 - Escolaridade dos deputados Estaduais (1991-1994)..... 73

Tabela 06 - Cursos superiores e/ou técnicos realizados pelos deputados estaduais (1991-1994)..... 74

Tabela 07 - A Mesa Diretora da I Legislatura – Período: de 02/01/1991 a 31/12/1994

..... 76

Tabela 08 - 2º biênio: de 01/02/1993 a 31/01/1995..... 78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA – Assembleia Legislativa do Amapá

AMCEL – Amapá Florestal e Celulose S/A

AN – Arquivo Nacional

ARENA– Aliança Renovadora Nacional

CAEMI– Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração

CODEPA – Companhia de dendê do Amapá

COPA– Companhia de Papeis S/A

COPRAM– Companhia Progresso do Amapá

EFA – Estrada de Ferro do Amapá

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOME – Indústria e Comércio de Minérios S/A

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PIN – Plano de Integração Nacional

PL – Partido Liberal

PFL - Partido da Frente Liberal

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PRN – Partido da Renovação Nacional

PT – Partido dos Trabalhadores

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social democracia Brasileira

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

SEAG – Secretaria de Agricultura

TFA – Território Federal do Amapá

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TJAP – Tribunal de Justiça do Amapá

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

RESUMO.....	08
ABSTRACT.....	08
LISTA DE MAPAS.....	09
LISTA DE FOTOGRAFIA.....	09
LISTA DE TABELAS.....	09
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	09
INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I – A construção teórica do conceito de elite: Os fundadores, os teóricos do elitismo.....	15
1.1. A classe eleita (elite). Para Vilfredo Pareto.....	20
1.2. Gaetano Mosca e sua concepção de elite.....	22
1.3. Michels e a organização política.....	24
1.4. O elitismo democrático e suas bases.....	26
1.5. Joseph Schumpeter.....	28
1.6. Robert Dahl e o pluralismo democrático.....	30
1.7. Giovanni Sartori.....	36
1.8. Os contrapontos das teorias.....	41
CAPITULO II. AMAPÁ, FORMAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO: OS PRIMÓRDIOS.....	46
2.2. Amapá. O nascimento como Território Federal.....	51
2.3. A Indústria e Comércio de Minérios S.A. - ICOMI, como propulsora de desenvolvimento no Amapá.....	53
2.4. Famílias tradicionais.....	58
2.5. Governadores /Interventores e a sua atuação no processo de transformação de Território Federal do Amapá, para unidade federativa.....	60
CAPITULO. III. O PROCESSO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO AMAPÁ.....	64
3.1. O processo de laboração da constituição estadual do Amapá.....	63
3.2. Sobre o recrutamento e partidos políticos.....	67
3.3. Origem familiar do parlamentar.....	69
3.4. Nível de escolaridade.....	74
3.5. Origem familiar x vínculos políticos.....	76

3.6. Vínculos sociais e institucionais.....	81
3.8. Comportamento ideológico.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade pode ser manifestada em valores e atitudes que se espalham nos diferentes segmentos sociais cujo os objetivos são os mais diversos. Porém, o desejo do homem de fortalecer a sobrevivência de uma sociedade, unida, coesa, e projetar para um transcender político, econômico, social e filosófico é antigo.

Dentre as várias maneiras de agrupamentos e composição social, destaca-se o arranjo das elites. Em sociedades humanas, tem sido um debate controverso e necessário. Tal fato ocorre em detrimento da seguinte pergunta. Por que sempre haverá uma classe dirigente e uma classe dirigida? Uma possível explicação se apresenta por meio de uma revisão de literatura sobre o que seria a Teoria das Elites, inicialmente fundamentada nos escritos de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, tendo como precursores da discussão

Pretende-se, com esta Dissertação, desprender dos muitos escritos desses autores relativos à teoria das elites e buscar entender como e porque elas se formam, que mecanismos se agregam ou facilitam o seu aparecimento, bem como quais são suas características diferenciadoras dos outros estratos sociais.

O que se percebe de antemão tem sido uma veracidade empírica da Ciência Política, é que “em todas as sociedades, desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas, aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida” (MOSCA, 1966, p. 51).

Ainda que seja em época de expansão democrática, (Aliás, a palavra democracia hoje ganhou um sentido que parece mágico. Na teoria a maiorias dos países se dizem democráticos) as elites, sejam elas econômicas, políticas ou culturais, não deixam de se formar. Seu aparecimento é muitas vezes imperceptível. Sabe-se que as elites existem e que estão agindo, que são formações e tomadoras de decisões, mas os indivíduos comuns raramente se dão conta do porquê de sua existência.

As elites, entendidas nessa Dissertação de forma simplificada como sendo agrupamentos humanos que tratam, sejam elas demandas políticas, econômicas, ideológicas ou sociais, existem, então, em toda e qualquer sociedade de homens. Como defende Gaetano Mosca, em qualquer dessas sociedades, encontrar-se-ão governantes e governados; uma classe dirigente, (elite), minoria organizada, (centrada no poder) e a classe dirigida, a massa, o povo.

Para melhor compreender o mecanismo social e político em que as sociedades humanas organizadas sob um Estado se encontram, e como as elites e massas se encaixam nos contextos, esse trabalho busca se fundamentar nas idéias dos teóricos chamados de clássicos dentro da teoria das elites. Sendo eles, Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels.

A chamada Teoria das Elites é comumente formada por um universo de pensadores que ajudaram a dar forma ao pensamento e que instituíram de fato o que vem a ser a Teoria. As principais contribuições perpassam por diversas correntes ideológicas e constituem dessa forma para um diálogo comum dos campos mais importantes da Teoria do Elitismo dentro da Ciência Política. O elitismo democrático, aqui representado pela tríade: Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Giovanni Sartori. Busca construir uma fala que permita transitar entre o Elitismo clássico e o elitismo democrático.

Imbuído dessa ferramenta teórica sobre o conceito de elite, essa dissertação está estruturada em sua composição dos seguintes capítulos. O capítulo I dessa Dissertação, intitulado *A construção teórica do conceito de elite: Os fundadores, os teóricos do elitismo*. Fundamentar-se-á na tentativa de construir um arcabouço teórico político, pautado naqueles que passaram a ser chamados de teóricos clássicos do elitismo. Busca-se ainda, um diálogo contraposto a da posição dos teóricos do elitismo democrático, Schumpeter, Dahl e Sartori. No capítulo II. Intitulado *Amapá formação político-administrativo: os primórdios*. Busca-se compreender como o impulso da descoberta de Manganês no Município de Serra do Navio, contribuiu para o desenvolvimento do Estado e a formação de uma possível elite política na composição da passagem de Território Federal para Unidade Federativa (Estado) do Amapá.

O capítulo III, intitulado como *o processo de formação da constituição do Estado do Amapá e desdobrará* em subitens assim classificados: Elaboração da constituição, O recrutamento político, Comportamento ideológico, partidos políticos e projetos de leis relevantes.

Esta Dissertação tem como objetivo, desta forma, revisitar os clássicos formadores da Teoria das Elites e seus precursores para o melhor entendimento da existência de grupos dirigentes e grupos dirigidos nas sociedades humanas e amapaense. Para bem como, verificar se a partir da primeira legislatura estadual do Amapá (1991-1994) se constitui como elite.

Ao se observar pela exposição da proposta de trabalho acima resumida, entre tarefas a serem alcançadas nos três capítulos, importa atentar tanto para as especificidades do processo político clássico em diálogo no que respeita ao contexto político-social do elitismo democrático, quanto para a instituição recrutadora (Assembleia Legislativa do Amapá) desse pessoal político, o que remete ao contexto político-institucional.

Não está no alcance deste trabalho uma análise de recrutamento no sentido estrito do termo; isso porque não analisamos todas as fases da seleção desses indivíduos para a essa esfera política, mas partimos do resultado do recrutamento político para essas agências, os grupos que foram compostos e para quem governaram.

Assim sendo, poderemos decifrar a lógica que presidiu a política constitutiva da primeira Legislatura do Estado do Amapá (1991-1994), evidenciando também possíveis correlações entre as distintas conjunturas e um possível perfil de elite política do período. Ao final da análise (pesquisa) poderemos averiguar se houve a formação no universo político amapaense e qual o sentido dessa transformação.

.

CAPITULO. I. A construção teórica do conceito de elite: Os fundadores. (os teóricos clássicos do elitismo)

A organização política de um povo compreende certo conjunto de instituições pelas quais pode se manter a integridade do grupo, o bem estar e a ordem, bem como, a proteção, a procriação e também a defesa de seus membros. Podendo isso acontecer de forma grupal ou até mesmo individualizada ação.

Hoebel e Frost (1981:321) definem organização política como “aquela parte da cultura que funciona explicitamente para dirigir as atividades dos membros da sociedade em direção às metas da comunidade”.

Dentro de uma organização política há vários aspectos a ser considerados: Lealdade, participação, práticas em comum, organização, e evidentemente governo. Porém a característica fundamental é o exercício do poder. Que pode se manifestado de diversas formas e maneiras.

Os gregos antigos e seus filósofos, por dezenas de anos, especularam sobre a vida nos mais diversos âmbitos. Procuraram por séculos desvendar os mistérios dos deuses, da natureza física e dos homens. Deixaram-nos como legado a filosofia e a política. O mais formidável patrimônio cultural do mundo ocidental.

A ideia da existência de algum tipo de dominação de um grupo sobre outro na sociedade é bastante discutida por estudiosos de todas as áreas que compreendem as Ciências Sociais, principalmente a História, a Sociologia e a Ciência política. Tal grupo dominante pode ser chamado de “Elite”.

Mas o que vem a ser elite?

Segundo Bottomore (1965, p.07) A palavra “elite” era empregada no século XVII para designar produtos de qualidade excepcional. Posteriormente, seu emprego foi estendido para abranger grupos sociais superiores, tais como unidades militares de primeira ordem.

De acordo com a Oxford English Dictionary, na língua inglesa, o primeiro uso do termo “elite”, data de 1823. Quando já era aplicado para refere-se a grupos sociais.¹ Entretanto, o termo não se tornou amplamente utilizado em literatura social e política na Europa senão bem para o final do século XIX.

¹.Mencionado na obra *As elites e a sociedade*. T.B. Bottomore. Zahar, 1965.

Conforme Bottomore (1965, p, 08), na América e na Grã-Bretanha, o termo “elite” vai ganhar notoriedade até se difundir, a partir de 1930, com as teorias sociológicas das elites, especialmente através da obra de Vilfredo Pareto. Que começa ganhar notoriedade inicialmente na Itália e posteriormente na Europa.

Durante o século XIX as Ciências Sociais se constituíram em disciplinas autônomas e se institucionalizaram por meio de cadeiras universitárias. Isso ocorreu em função de alguns teóricos que impuseram teorias que passaram a orientar reflexões em temas legítimos de pesquisas. (GRYNSPAN, 1999.p.11).

A formação das Ciências Humanas ou Sociais é uma conquista recente, embora a preocupação em estudar o ser humano seja antiga. A busca da científicidade do ser humano como objeto de estudo é uma ideia que surge apenas no século XIX. Segundo (CHAUI, 1999 p. 271), a expressão ciências humanas (ou sociais) refere-se àquelas ciências que têm o próprio ser humano como objeto de estudo. Essas ciências estudam áreas da realidade social diversas.

O século XIX constitui um marco importante para a história do pensamento Ocidental e para o surgimento de várias Ciências Sociais. Entre elas estão a Sociologia, a Antropologia a Ciência política, etc. Às transformações econômicas, políticas e culturais que se aceleram a partir dessa época colocarão problemas inéditos para os homens que experimentavam as mudanças que ocorriam no ocidente europeu. A dupla revolução que o século anterior testemunhou - a Industrial e a Francesa - constituía os dois lados de um mesmo processo, qual seja a instalação definitiva da Sociedade Capitalista, e a originalidade de uma série de problemas sociais.

São os acontecimentos desencadeados pela dupla revolução que agora vão permear a sociedade europeia. Não constitui objetivo desta parte do trabalho proceder a uma análise destas duas revoluções, mas apenas indicar relações que elas possuem com a formação do pensamento social europeu. No dizer de Le Bon (1954. P.5) “os grandes abalos que precedem a mudança de civilizações, parecem, à primeira vista, determinada por consideráveis transformações políticas”.

A partir daquele momento, o século XIX, apresentaria o novo Sistema Capitalista, fundamentado na propriedade privada e tendo como principais atores a Burguesia e o Proletariado. O pensamento social paulatinamente vai renunciando a uma visão arcaica, sobrenatural, para explicar os fatos e substituindo-a por uma indagação racional. A

aplicação da observação e da experimentação, quer dizer o Método Científico. Para a explicação da natureza principalmente da natureza social.

O emprego sistemático da observação e da experimentação como fonte para a exploração dos fenômenos de natureza social, agora estavam possibilitando uma grande acumulação de fatos e fenômenos sociais. O estabelecimento de relações entre estes fatos e fenômenos ia possibilitando aos homens dessa época certo conhecimento que lhes abria possibilidade de contestar o Status quo e apontar possibilidades de sistemas políticos outros. É esse pensamento político que contribuiu para popularizar os avanços do estudo do sistema político.

Uma dessas teorias foi a que ficou sendo chamada como Elitismo². Entre os autores reconhecidamente como seus principais fundadores estão – Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca e Roberts Michels. Na contraposição do elitismo clássico se apresentam Joseph Schumpeter (1883-1950), Robert Dahl (1915-) e Giovanni Sartori (1924-2017), na contemporaneidade do elitismo democrático.

As “elites” em tempos remotos ao se organizarem, foram se acomodando e ocupando espaços de poder. Nas palavras de Holanda (2011, P, 07) “as elites passam de obstáculos a condição da democracia. Superando, portanto, o antagonismo antigo entre democracia e elite. Bem expresso no conflito insuperável entre Platão e a pólis [...]”

Muitos já descreveram sobre o estado ideal, ou seja, um Estado-modelo, ou ainda aquilo que chamamos de Estado utópico. Todavia, são pertinentes algumas observações no sentido de evitarmos a redução da reflexão política desses entes ao igualarmos uma reflexão política na atualidade. Reflexões filosóficas, políticas das realidades aqui apresentadas, terão que ser observadas cada uma em suas respectivas dimensões política, econômicas e sociais.

Dessa forma ao pensarmos as elites é necessário também que toda e qualquer atividade humana deverá ser orientada pela episteme³, o conhecimento. A virtude e a excelência do fazer só poderão ser alcançadas por meio do domínio da episteme. Seguindo essa lógica, chega-se à conclusão de que uma sociedade politicamente

².Seu argumento central, apresentado como descoberta científica, era o de que em qualquer sociedade, em qualquer grupo, em qualquer época ou lugar, havia sempre uma minoria, uma elite que, por seus dons, e sua competência e seus recursos, se destacava e detinha o poder, dirigindo a maioria.

³.na filosofia grega, esp. no platonismo, o conhecimento verdadeiro, de natureza científica, em oposição à opinião infundada ou irrefletida.

organizada só poderá triunfar se aqueles que a governam possuírem o domínio da episteme da governança. Porquanto, na democracia, a ausência do conhecimento dos cidadãos na escolha de seus representantes significaria a escolha de pessoas amadoras e despreparadas para governar.

Portanto, o sistema político idealizado e colocado como elite é um governo em que os governantes se dedicam a condução da organização da cidade na melhor conduta possível da mesma. Nessa condução, já está implícita a governança política da minoria, demonstrando a “incapacidade” do povo de escolher o melhor representante para governá-los, entretanto, o conceito de melhor representante depende da perspectiva de cada indivíduo, e de sociedade para sociedade, portanto, apresenta certa relatividade. Dessa forma, somente o povo pode dizer qual é um bom governante e qual não é.

Mesmo que a elite que ocupa o poder político possua mecanismos teórico e prático para justificar suas ações, para dizer o que levaria ao desenvolvimento da sociedade, se o povo não concordar com ela, a medida determinada pelos governantes não será tida como boa e será desaprovada pela sociedade, instaurando-se um conflito entre os governantes e a população (circulação de elites). A composição das elites políticas, na perspectiva aqui descrita, são corolária da circulação renovadora no poder político, seja instrumental para a estabilidade e qualidade do sistema político em qualquer sociedade.

Partindo dessa mesma raiz, segundo Mayer (1987), é que havia brotado o elitismo. Juntamente com o darwinismo social, ele havia desafiado e criticado:

O Iluminismo do século XIX, e mais particularmente as pressões pela democratização social e política. O termo “elite”, carregado de valores, só se definiu como tal de forma plena no final do século XIX e recebeu sua mais ampla e corrente aceitação em sociedades dominadas pelo elemento feudal. Mas, por toda a Europa, as teorias da elite espalhavam e racionalizavam práticas predominantes correntes, ao mesmo tempo em que serviam como arma na batalha contra o nivelamento político, social e cultural (Mayer, 1987:276).

Os autores elitistas, segundo Mayer caminhavam na contracorrente da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica a ideia de igualdade. Para eles, a democracia ,como se apresentava, seria apenas uma metafísica, uma abstração sem base real. Mas operava como forma de legitimar o poder.

Assim, Pareto e Mosca teriam contribuído, através de seus estudos e pesquisas, para a manutenção do que Mayer passa a chamar de “elites pré-industriais”. Eles o fizeram, “desdenhosos e temerosos da participação e do controle populares”, limitando sua atenção ao recrutamento e à renovação das classes governantes (Mayer, 1987:286).

Na literatura sobre a Teoria das elites, amplamente debatido nos escritos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e mais tarde Robert Michels, busca-se compreender como e porque tais conceitos se sobrepõem politicamente e diferenciando-se dos outros estratos sociais. De forma geral grosso modo, o que dizem esses teóricos é que em todas as sociedades, desde as minimamente desenvolvidas, até aquelas mais avançadas e poderosas, aparecem duas classes de pessoas: Uma classe que dirige e outra que é dirigida.

Mesmo em épocas avançadas como a nossa, dita moderna, as elites, sejam elas de vertente econômicas, políticas ou culturais, não deixaram de se formar. Sua origem é muitas vezes imperceptível. Sabe-se que as elites existem e que estão no comando, que tomam as decisões. Porém os indivíduos, quase sempre não se dão conta de seu aparecimento e de sua atuação na sociedade.

Para compreender a grandeza social e política na qual as sociedades humanas organizadas sob um Estado em perspectiva de uma elite, muitos teóricos refletiram sobre o fenômeno. Mosca, Pareto, Mills. Entre os chamados clássicos. Entre outros. O encaixe dessa concepção sob olhar weberiano pode ser assim compreendido:

O estado consiste em uma relação de dominação do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (Isto é, da violência considerada como legítima. O Estado só pode existir, portanto, sob condição de os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores (WEBER, 2005, p.57).

As relações de dominação, autoridade e poder, de uns sobre os outros (elite). Ocorre entre seres humanos. Mas não é um processo natural e sim uma construção social. Poderíamos aqui, desfilar uma infinita gama de maneiras como os estudiosos da sociedade, particularmente os entendedores de política, das sociedades os classificam. Balizando as estratificações sociais das Castas (em que o nascimento define o lugar social) Passando ao Estamento (vinculado ao nascimento, mérito ou casamento) até

finalmente ao agrupamento moderno taxado de classes sociais (aquele definida a partir de critérios econômicos e políticos para Marx).

É a partir desse entendimento processual-histórico. Como posições e formação de grupos sociais em sociedades, que vai se formatando e se expandindo ao universo da política, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Que ideias creditadas a Mosca, Pareto e mais tarde Michels, vão se estruturando e consolidando naquilo que passou a ser conhecido como teoria das Elites.

A teoria das elites é formada por um universo de pensadores, que contribuíram fortemente para a sua consolidação. As contribuições perpassam por diversas correntes ideológicas, ajudando no entendimento da existência de grupos dirigentes e grupos dirigidos nas sociedades. A teoria das elites. Muitas vezes, atrelada a difusão de pensamento minimalista.

A formulação da concepção de elite é muito variada. Depende de autor para autor. Mas, pode-se verificar notadamente que as construções teóricas em torno da temática possuem convergência em comum. Ou seja. Elites, são grupos minoritários que detém o poder e que, por isso, dominam aqueles que não os possuem. Sendo que entre os teóricos que discutem o elitismo, é quase consenso que existem em todas as sociedades, até mesmo as menos desenvolvidas grupos de minorias que governa em detrimento de grupos de maiorias que é governado.

Dessa forma todos os teóricos das elites, convergem que em todas as sociedades humanas, sejam elas “primitivas” ou complexas, modernas ou antigas, há sempre a ocorrência de um grupo menor, que domina, e de outro maior, que é dominado. Posição consensual e aceita entre os teóricos que discutem esse conceito.

O que se pretende nesse preâmbulo introdutório é simplesmente traçar um diálogo dos pais fundadores do elitismo clássico (Mosca, Pareto e Michels) com os chamados teóricos do elitismo democrático (Schumpeter, Dahl e Sartori), para a partir daí compararmos o que cada teórico pensa e considera como sendo “elite”

1.1. A classe eleita (elite). Para Vilfredo Pareto.

A pesquisa da forma de elite como se conhece hoje, foi proposta sob a forma sistemática por Vilfredo Pareto. Em sua publicação *I sistemi socialisti* (1902-1903) e no

manuale di economia política (1906). Porém, a divulgação do termo elite, já na linguagem social e política, somente vai estar presente na obra *trattato di sociologia generale*. Publicado inicialmente em 1916.

Albertoni (1990), diz que no *trattato*, em seu parágrafo 2031, Pareto escreve: “fazemos uma classe com aqueles que possuem os índices mais elevados no seu setor de atividade, e ai lhe daremos o nome de *classe eleita (elite)*” depois no parágrafo 2031 e 2034, ele fala de forma mais estruturada:

“o estudo que nos interessa, a saber, o estudo do equilíbrio social, ainda será beneficiado por outra divisão dessa classe (*a classe eleita, elite*), ou seja, colocando de um lado aqueles que direta ou indiretamente tem um grande papel no governo, e eles formarão a *classe eleita de governo*. Quanto ao resto, será a classe eleita que não pertencem ao governo”. (ALBERTONI, 1990. P, 19).

Para Albertoni (1990), ainda na mesma obra, Pareto vai enfocar de forma mais precisa os termos e conceitos utilizados. Escreve ele que existem duas camadas na população “... quer dizer: 1) a camada inferior, a classe não eleita [...]; 2) a camada superior, a classe eleita, que se divide em duas, ou seja: (a) A classe eleita de governo; (b) A classe eleita de não governo” (ALBERTONI, 1990.p, 19).

Ao estudar sobre as classes eleitas pelo povo e a circulação das elites entre as mesmas, Pareto traz à tona a temática das elites e sua definição. “Estipulemos, portanto, uma classe dos que têm os mais elevados índices no ramo de sua atividade, à qual daremos o nome de classe eleita (elite)” (PARETO: 1984 p.76).

As elites, na perspectiva de Pareto, não surgem espontaneamente: quem pertence a uma elite possui algum atributo especial, diferente da maioria. Ainda assim, consideramos que as elites não compõem um grupo desunido, desarticulado: há coesão, organização e parâmetros semelhantes entre os membros desta classe.

A classe das elites em Pareto é separada em dois estratos: o superior e o inferior. Aos inferiores, denominados de classe não-eleita, não existe participação no governo e/ou nas decisões. Já aos superiores, a classe eleita, a subdivisão empregada consiste entre classe eleita do governo e a classe eleita não de governo. Para esta subdivisão, o autor determina que, mesmo um político (ou profissional) destacado como elite em seu campo de atuação, não indica necessariamente a participação deste nas decisões diretas do governo.

O que Pareto diz se comprehende como sendo, em um grupo, a proporção de quem faz parte do mesmo e quem governa é diferente. Aqui há a retomada da principal característica para classificar a elite: uma classe (elite) que possui o melhor aproveitamento naquilo que se propõe a realizar, seguindo a proposição de Pareto.

Pareto trabalha ainda com outros conceitos fundamentais ao discutir elite. Por exemplo, a “circulação da classe eleita”, que seria “os modos pelos quais se dá a passagem de outro grupo, e a intensidade desse movimento, isto é, a velocidade da circulação” (1936 V.P.1426:1996, p.112-114).

Prosseguindo, funda sob o aspecto da circulação da classe eleita, ou seja, há a substituição dos membros que outrora eram componentes da elite. Este fenômeno da circulação das elites pode ocorrer com maior ou menor intensidade, variando muito os grupos envolvidos e o contexto em que são ocasionados. A classe eleita, segundo o autor, atravessa um processo de contínua e lenta transformação.

Quanto à circulação das elites, o autor pontua que existem dois tipos de grupos: o primeiro é composto por pessoas que partilham a mesma condição e os mesmos anseios; já o segundo se reúne para apropriar-se dos bens alheios. Assim, a circulação das elites a qual Pareto se referia fundamenta-se no segundo tipo de grupo, pois uma classe política (elite) organizada disputa contra outra por alguma hegemonia. Tal afirmação sustenta as diferentes concepções sobre as disputas na sociedade.

Na teoria política de Pareto, pode-se acreditar na existência de uma minoria agindo sobre a maioria. Dialeticamente grosso modo, compara-se a perspectiva marxista que propunha o confronto entre os opressores (burguesia) e os oprimidos (proletariado), classes antagônicas competindo no modo de produção capitalista.

Dessa forma, segundo Pareto a circulação das elites tem importância fundamental devido se caracterizar pelo fato de que a desigualdade é fruto não de determinantes sociais, econômicos ou políticos, mas sim de uma má distribuição desigual de fatores psicológicos. Portanto de escolha

1.2. Gaetano Mosca e sua concepção de elite.

A presença de Gaetano mosca (1858-1941), está associada á formação das teorias das elites, através, principalmente do seu livro *the Ruling Class*, publicado em 1939. Que corresponde a 2 edição do original *Elemente di scienza política* de 1896.Nele

estaria consubstanciada toda a teoria do pensador italiano para a Ciência Política. Bem como sua contribuição para a teoria da classe dirigente, (Elite).

Na perspectiva de Mosca, qualquer ciência é resultado de um sistema de observações. Do uso de métodos coordenados e bem adequados, que buscam chegar ao conhecimento de “verdades indiscutíveis”. Que segundo ele seria inacessível a observação comum. Por isso mesmo a necessidade de uma busca diferenciada.

Mosca defendia, portanto que os procedimentos de observação e verificação, aplicados nas ciências da natureza, fossem para, além disso, e pudesse ser aplicados também às Ciências Sociais.

No entanto, Mosca como teórico determinado pela firmeza da competência não defendia uma simples transposição de metodologias, de técnicas simplórias de explicação de fenômenos naturais e corriqueiros para os estudos sociais. Pois exatamente por essa razão é que ele recusava uma série de “métodos” supostamente científicos para entender a sociedade.

Diante do exposto. Fica para Mosca a seguinte indagação: Qual deveria ser então o método certo para estudar cientificamente as sociedades humanas? Segundo o teórico italiano, o método mais indicado de observação dos fenômenos político e sociais seria o *método histórico*. O que Mosca buscava então identificar pela forma da observação rigorosa era as diferentes manifestações sociais (leis) da vida humana na história.

Segundo Mosca é possível constatar na história a existência de um fato que se repete em todos os núcleos humanos conhecidos. Diz Ele:

Entre as tendências e os fatos constantes que se encontram em todos os organismos políticos, aparece um cuja evidência se impõe facilmente a qualquer observador: em todas as sociedades, começando pelas medianamente desenvolvidas [...] até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. (PERISSINOTO, 2018, p. 29).

Se observarmos atentamente o que diz Mosca, ai estar o ponto de partida para a teoria das elites. O fundamento histórico da divisão entre governantes e governados. Pois ela autoriza Mosca a afirmar que essa divisão estará sempre presente nas sociedades humanas e provavelmente jamais deixara de existir. Os governantes são chamados por Mosca de *classe política ou classe dirigente*; os governados de *massas*.

Mosca complementa seu pensamento dizendo que as massas são elementos que são conduzidas (governadas). Para esclarecer tal ponto o teórico italiano caracteriza o antagonismo ora destacado. Diz o autor:

A primeira [a classe dos governantes] é sempre menos numerosa, desempenha todas as funções políticas, monopoliza o poder e desfruta das vantagens a ela ligadas. Enquanto que a segunda [a classe dos governados], mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira de maneira mais ou menos legal, ou de modo mais ou menos arbitrário e violento, e lhe fornece os meios materiais de subsistência e os indispensáveis para a vitalidade do organismo político (PERISSINOTO, 2018.p, 50)

Da citação acima pode se extrair um leque de informações. Mas aqui, porém, umas poucas nos basta. Primeiro que a classe que governa é segundo Mosca organizada. Por isso é pequena. Daí monopoliza os recursos de poder e os utiliza em benefícios próprios. Além de exercer “todas as funções políticas” e não apenas aquelas de governo. O que pode se apresentar como o controle de vários recursos sociais (religiosos, econômicos, capital social, etc.).

Na contramão do processo está à massa de governados que é definida como o oposto da classe política. São governados (e, por isso, dominados) visto que não tem posse (nem outros recursos econômicos) dos meios de governo e porque segundo Mosca não apresentam uma organização coesa.

Resumidamente, sobre o pensamento de Mosca poderíamos dizer que ele valendo-se do método histórico, identificou uma lei social geral, pela qual toda e qualquer sociedade humana é dividida entre uma minoria que governa e uma maioria que é governada. Ainda que para isso se valha de argumentos da “fórmula política” de convencimento a respeito da legitimidade do seu domínio não porque seja uma verdade científica, mas sim porque expressa um conjunto de valores e crenças partilhadas na sociedade.

1.3. Michels e a organização política

Entre os teóricos ditos como clássicos do elitismo está Robert Michels (1923-2017) que ao longo de sua formação sofreu importante influência de Gaetano Mosca, a quem se refere como mestre, e Max Weber, de quem foi aluno e amigo próximo. Tem uma produção bibliográfica extensa. 33 livros e centenas de ensaios políticos. A ênfase

de seus estudos tende a concentrar em torno de *sociologia dos partidos políticos*, publicado em 1911.

Em *sociologia dos partidos políticos*, Michels busca analisar os processos de organização dos mais importantes partidos políticos socialistas de sua época. Especialmente o partido do qual foi militante. Tarefa que Michels faz com maestria e grande penetração de uma linguagem exemplar pela simplicidade.

Na obra *Sociologia dos partidos políticos*, (1982) Michels apresenta a análise de um duplo eixo interpretativo. Primeiro aquilo que poderíamos chamar de sociologia das organizações, que leva a inexorável divisão entre uma minoria de governante, que passa a chamar de Oligarquia e não de elite, e uma maioria de governados. (PERISSINOTO e, COSTA e MASSIMO, 2018, p.28).

O outro eixo interpretativo da sociologia de Michels é o pertinente a psicologia das multidões. Servindo para explicar a necessidade que as massas têm de se submeter aos chefes políticos. Que segundo o autor, as massas não só não preparadas para exercerem um papel de comando como não desejam fazê-lo.

Michels, combinando essas duas variáveis, ou seja, organização social e organização psicológica aponta duas razões principais que explicariam porque dentro de uma organização social ocorre a formação de minorias que ele passa a chamar de oligarquias, que se sobrepõem e acabam dominando a maioria.

Na tentativa de explicar seu posicionamento o teórico alemão defende duas teses importantes. A primeira é de que não há democracia sem organização. Qualquer grupo ou classe social que busque reivindicar algum direito na sociedade tem necessariamente de estar centrado em uma organização. (HOLANDA, 2011. p, 08).

A segunda tese vai à direção da defesa de que a organização permite reunir forças para melhor enfrentar o inimigo, por outro lado, ela vai estar contrariamente aos princípios democráticos. (PERISSINOTO, 2018, p.86). Mas não basta somente isso para esclarecer a tese de “elite” de Michels. É preciso se considerar, ainda o que o teórico pensa e defende como sendo democracia.

Em sua vida acadêmica Michels pesquisou a organização operaria de vertente socialista, muito presente no começo do século XX. Para esses agrupamentos políticos, a democracia deveria ser definida essencialmente, como o autogoverno das massas, que reunidas em assembleia deveriam definir os destinos de uma dada comunidade (PERISSINOTO, 2018, p.84).

Assim pensada a democracia, segundo Michels, seria um regime inviável por razões de ordem técnica “não há tempo nem espaço para a participação direta das massas nas decisões políticas” (PERISSINOTO, 2018, p.85). Logo, não sendo possível consultar as massas diretamente, então toda vez que uma decisão a ser tomada só poder ser via delegados. Que se transformam assim, nos seus representantes. Então de acordo com Michels:

Qualquer organização solidamente constituída quer se trate de um estado democrático, de um partido político, ou de uma liga de resistência proletária, oferece um terreno eminentemente favorável a diferenciação dos órgãos e funções. Quanto mais o aparelho de uma organização se complica, Isto é, quanto mais aumenta o número de seus membros seus recursos financeiros e a impressa que a serve, mas o governo direto da massa perde terreno para ser suplantado pelo poder crescente dos comitês. (MICHELS, 1982, p.21, 22).

O que se pode observar aqui é que o processo de diferenciação entre a minoria e a maioria não é resultado de nenhuma superioridade abstrata. Se compararmos a Pareto. O que se esclarece que os homens tornam-se superiores em função de demandas organizacionais. O que para Michels seria “esta hierarquia é o resultado das necessidades técnicas e a condição mais essencial do funcionamento regular das máquinas do partido”. (PERISSINOTO, 2018, apud, MICHELS, 1982).

Interessante observar que se pode fazer um diálogo com Michels e Mosca, pois para esse último é a condição minoritária que possibilita um determinado grupo se organizar e, dessa forma, dominar a maioria desorganizada. Então para Michels, ao contrário, inicialmente um grupo busca se organizar e ao fazê-lo passa a gerar no seu interior uma oligarquia que se apossa do poder.

1.4. O elitismo democrático e suas bases.

Na perspectiva sociológica e histórica, a democracia contemporânea, apresenta uma grandiosa e pujante literatura criada e desenvolvida por diferentes correntes de pensamento. As teorias (elitistas) que se encontram reunidas aqui sob o título de elitistas formam um conjunto de teóricos empenhados em entender o funcionamento da democracia tal como essa se manifesta no mundo real.

No fundamental são assim conhecidos por restringirem o exercício da soberania popular no momento da escolha de seus representantes. Seus adeptos concebem a democracia como uma competição organizada entre elites que lutam pelo direito de decidir em nome do corpo político. A concepção de política que sustenta essa corrente destaca a presença de interesses e preferências pré-formadas.

O elitismo democrático vai se apresentar como uma concepção hegemônica da democracia na segunda metade do século XX. Frequentemente servia como a análise do processo democrático contrapondo-se aos regimes autocráticos. O sucesso com que os teóricos dessa escola elaboraram critérios para estabelecer tal diferenciação pode ser considerado sua primeira grande contribuição para o desenvolvimento da teoria democrática contemporânea. Entre os principais expoentes dessa corrente de pensamento estão: Joseph Schumpeter, Norberto Bobbio, Adam Przeworski e Giovanni Sartori.

De acordo com Holanda. (2011, p.39) “a filosofia democrática do século XVIII, herdeira do passado grego, para Schumpeter seria fantasiosa e não seria produtiva para a vida política”. Crítica que está consubstanciada na clássica obra “*capitalismo, socialismo e democracia*” publicada em 1942. Schumpeter, considerado um teórico do assim chamado “elitismo democrático”, explicita sua posição de que a vontade do povo institui um corpo de especialista, seus representantes realizam o bem comum.

A teoria democrática contemporânea apresenta uma vasta e rica literatura desenvolvida por vários estudiosos de diferentes correntes de pensamento. A segunda metade do século XX foi marcada pela ascensão de regimes democráticos em quase todas as partes do mundo, o que explica a grande produção intelectual no que diz respeito à democracia. Foi durante esse período que uma corrente de pensamento ganhou destaque, sobretudo no meio acadêmico, qual seja, a chamada “teoria competitiva da democracia”, que procurou demonstrar os aspectos “reais” da democracia.

Dentro da teoria competitiva, destacam-se dois modelos que apresentam diferenças entre si, o elitismo democrático e o pluralista. O primeiro tem no economista austríaco Joseph Schumpeter o seu maior expoente, e o segundo encontra no cientista político estadunidense Robert Dahl o seu principal defensor.

1.5. Joseph Schumpeter

De acordo com Schumpeter, a teoria clássica define a democracia como “o arranjo institucional para se chegar a decisões políticas que realiza o bem comum fazendo o próprio povo decidir as questões através da eleição de indivíduos que devem reunir-se para realizar a vontade desse povo”. (SCHUMPETER, 1984, p.313). Essa definição de democracia passa a ser o carro chefe da sua crítica.

Para Schumpeter, é inconcebível imaginar que nos regimes democráticos modernos o povo tenha uma opinião definida e racional sobre todas as questões, políticas ou não, que perpassam no cotidiano, e que de alguma maneira afetem a sua vida. Em seu pensamento, a “vontade dos cidadãos” não é considerada como um fator político, visto que esse termo revela uma impossibilidade.

Dessa maneira para que se possa levar em conta, e mesmo mensurar essa tal vontade, seria preciso que todos os cidadãos soubessem de antemão o que desejam. Contudo, nos diz o autor, isso não pode ser constatado, porque os interesses, os desejos e as opiniões dos indivíduos compõem um “feixe indeterminado de impulsos vagos que volteiam em torno de palavras de ordem ou de impressões equivocadas”. (SCHUMPETER, 1984, p.314). Percebesse daí que a sua crítica fundamental em direção à teoria clássica expressas em uma desconfiança em relação à ideia de “bem comum”.

De acordo com Schumpeter, (1961) “não existem algo que possa ser considerado um bem comum unicamente determinado; o fato é que, para diferentes indivíduos e grupos, o bem comum está fadado a significar diferentes coisas. [...]” feixe indeterminado de impulsos vagos que volteiam em torno de palavras de ordem ou de impressões equivocadas”. SCHUMPETER, 1961, p.314). Joseph Schumpeter também questiona de maneira incisiva outro aspecto basilar que compõe a concepção de democracia, qual seja, a idéia de soberania popular.

É preciso apreender, diz ele, que a máxima “governo pelo povo” não passa de uma mera ficção. Na verdade, o que se depreende da análise das democracias modernas é a presença de um governo “aprovado pelo povo”; nos regimes democráticos existentes, “o povo como tal nunca pode realmente governar ou dirigir” (SCHUMPETER, 1961, p. 308-9).

Conforme citação de Holanda, (2011.p.39). “Para Schumpeter, essa forma de organização política, centraliza-se em um duplo equívoco. Sendo que o primeiro deles é que a crença no possível consenso sobre o bem comum ganha significados diferentes”. Pois os vários interesses dispostos na sociedade tenderão a produzir entendimentos diversos a respeito do bem.

O segundo entendimento do equívoco está na crença, igualmente de que os sujeitos orientam suas ações políticas motivadas pela razão. O que para Schumpeter não é verdade, pois o sujeito humano age de acordo com sua natureza, que é determinada pela paixão. Sendo assim, movido por desejos extras racionares.

Assim, dessa forma, pode-se vincular Schumpeter a Pareto e também a Gustavo Le Bon. Na obra “psicologia das multidões” Le Bon defende que os homens, mergulhados na multidão tendem a ter uma redução de suas faculdades racionais. Sendo assim tornam-se facilmente sujeitos manipuláveis.

Segundo Holanda (2011), Schumpeter se opõe ao irracionalismo da democracia clássica. Isso ocorre ao falar de uma teoria que se supõe mais próxima da realidade e que origina o poder político da luta pelo voto. Já que nessa concepção não há distinção significativa entre os ambientes e os sujeitos da política e do comércio.

Como forma de ilustrar o que diz Schumpeter, citamos um eleitor e um consumidor, na mesma linha que dispõe de informação superficial e mediadas a respeito dos seus objetos de escolhas. Ou seja, as possibilidades de voto ou consumo tendem a definir o desejo de ambos.

Assim na concepção de Schumpeter o modelo democrático tradicional, as elites induzem (e não expressam) as escolhas do povo. Nas palavras do autor “a escolha, glorificada idealmente como o chamado do povo, não é iniciativa deste último, mas criada artificialmente” (HOLLANDA, 2011. Apud. SCHUMPETER, 2017).

Daí serem nessa perspectiva os partidos políticos, não reunirem sujeitos movidos por uma ideia compartilhada de bem. Schumpeter acredita que o partido acolhe pessoas que se unem pela simples ambição de poder e possíveis ganhos pessoais ou grupais. Dessa forma torna-se a função social da política, meramente uma busca de auto realização.

Dessa forma, Schumpeter, sem, contudo, abandonar a democracia, assim como Michels e Pareto, faz uma reflexão sobre uma possível forma saindo de um princípio utópico, para um princípio formal de utilidade. Quer dizer, as elites passam de obstáculos a democracias. Com a atuação das elites políticas, valorizando-se de

diferentes estratégias na busca do voto. E mais, em disputa pelo poder na tentativa de suprir seus próprios interesses.

A teoria competitiva da qual mencionamos a cima também comporta outro modelo, que é denominado de “pluralista”. Tendo como seu principal representante o teórico Robert Dahl. Os pluralistas também concebem a democracia como um regime em que existe uma competição de elites pelo poder. Entretanto, os pluralistas não concordam integralmente com a vertente do elitismo, sobretudo no ponto em que esta afirma que a concentração de poder pelas elites passa a ser algo inevitável.

Ainda que os elitistas tenham exercido uma influência considerável sobre os pluralistas, “estes se diferenciam daqueles na medida em que aceitam a ideia de que as decisões políticas do governo de uma sociedade democrática sofrem a influência de vários grupos”. (HELD, 2007, p. 148).

Mesmo que para isso em uma sociedade pluralista, apresente a convivência harmônica entre grupos de status distintos, pressupondo a existência de uma cultura cívica que esteja baseada em garantias constitucionais, no respeito à lei e na tolerância mútua. O equilíbrio entre a pluralidade de interesses existentes no âmbito da sociedade civil não passa, porém, de uma retórica, mas a diversidade de interesses contribui para evitar a formação de grupos (elite) que monopolizem extensivamente alguns interesses.

1.6. Robert Dahl e o pluralismo democrático

Em diálogo com a democracia contemporânea se apresenta Robert Dahl (1915-). Autor entre outros livros do hoje clássico, *poliarquia: Participação e oposição*, publicada em 1971. Que a pesar de em seus escritos apresente uma visão de democracia procedural^{4,5}. Semelhante a de Schumpeter (HELD, 2001, P.228), analisa os

⁴ . A democracia processual é o conjunto de regras e procedimentos que são utilizados num sistema democrático para recolher a opinião ou vontade dos cidadãos, com o objetivo de traduzir essa opinião em decisões de políticas públicas, integração de órgãos de representação popular e eleição de pessoas. Estar no comando do governo. (Democracia processual/Rosa Maria Míron Lince).

⁵ . Sobre a democracia procedural, alguns a tem por democracia minimalista (eleitoral), em que o exercício do poder pelo povo reduz-se à participação (voto) no processo eleitoral. Marcello Baquero (2002, p. 121) leciona: [...] quatro fatores parecem estar incidindo no desfecho do modelo universal de democracia procedural, sendo eles: a) Novas formas de participação e diálogo (participação comunitária); b) Novos atores políticos em nível local (descentralização); c) A teledemocracia (democracia mediática, democracia de audiências, democracia espetáculo, videocracia, cyberdemocracia, democracia televisiva); d) O fortalecimento da política orientada por assuntos (issues) (crise da democracia representativa).

meandros das teorias elitistas competitivas com a inclusão das organizações políticas. (partidos, associações, sindicatos, etc.) no mercado eleitoral.

Valente (2006), diz que a concepção pluralista de Dahl pode ser sintetizada no prefácio a teoria democrática, publicado originalmente em 1956: "enquanto uma ditadura é o governo de uma minoria, uma democracia é o governo de uma quantidade de minorias, que variam em número, tamanho e diversidade".

Dessa forma percebe-se que a concepção de democracia em Dahl é sem sombra de dúvida assegurada pelo pluralismo, que representa a existência e possíveis atuações de minorias. Diferentemente dos teóricos Schumpeter, de Mosca, para quem o governo é exercido por uma minoria elitista.⁶

Para Dahl a democracia é o governo das minorias que compartilham o poder (poliarquia). Essa atitude de Dahl põe em xeque as concepções políticas de Pareto e Mosca. Já que para esses, o poder é exercido por uma minoria (elite). Assim sendo, Dahl introduz no cenário político, um critério societário de avaliação da democracia. (AVRITZER, 1996, P.116).

Dentre vários elementos que diferenciam a teoria política de Dahl dos clássicos elitistas, Mosca e Pareto e também de Schumpeter, Sartori comenta a diferença dele para Dahl:

Embora Dahl defende a teoria competitiva, sua ênfase é muito diferente da de Schumpeter. Dahl começa onde Schumpeter pára, isto é, Dahl procura uma difusão e um reforço pluralista, na sociedade como um todo, da competição entre elites. Se o problema de Schumpeter é entender o funcionamento da democracia, o problema de Dahl é além desse, promover a democracia. (SARTORI, 1994, v.1, p.211).

Sempre com muita clareza Dahl procurou fundamentar sua teoria com procedimentos que ancoram a democracia. Ainda que para isso, fosse preciso estabelecer uma diferença de noções entre Democracia e Poliarquia.

Porém se faz necessário esclarecer que o regime político teorizado por Dahl não se fundamenta na perfeição. Ou seja, não é um modelo ideal a ser atingido. (VALENTE, 2006, APUD. SARTORI, 1994, v.1, p.241, nota 58) "pode se dizer que Dahl concebe as poliorquias como 'regimes relativamente (mas não completamente) democráticos'".

⁶.Para Dahl, "não há uma minoria governante, mas diversas minorias que pelejam entre si a respeito de questões pontuais, todas (ou pelo menos muitas delas) tendo que ser levadas em conta pelos governantes" (MIGUEL, 2000b, p.56).

Nas palavras de Valente (2006, p.241) “as poliarquias são regimes políticos pós-totalitários ou pós-elitistas puros, mas pré-democráticos, ou melhor, ditos, quase democráticos”.

Na arquitetura de sua teoria política, Dahl projeta três condições necessárias à efetivação da democracia. Sendo elas: a primeira, a condição do cidadão formular suas preferências; A segunda, a possibilidade do cidadão de expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e coletiva; A terceira, de ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência.

Como forma de complementar essas garantias, Dahl argumenta que, para essas três oportunidades possam abranger um grande número de pessoas as instituições da sociedade devem pelos menos contemplar oito garantias aos sujeitos sociais. Sendo elas:

1. Liberdade de formar e aderir organizações.
2. Liberdade de expressão.
3. Direto de voto.
4. Elegibilidade para cargos públicos.
5. Direitos de líderes políticos disputarem apoio.
6. Fontes alternativas de informação.
7. Eleições livres e idôneas.
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

Valente (2006), diz que a singularidade da teoria política de Robert Dahl pode se compreendida pelo conteúdo da sua definição de poliarquia, presente em seu livro “sobre a democracia”. (DAHL, 2001, p.105):

Poliarquia deriva de palavra grega que significam “muitos” e “governo”; assim, “o governo de muitos” se distingue de governo de um, a monarquia, e do governo de poucos, a oligarquia ou aristocracia. Embora a expressão seja usada raramente, em 1953 um colega e eu a introduzimos por se uma boa maneira para usar como referência a uma democracia representativa moderna. Mais precisamente, uma democracia poliárquica é um sistema político dotado das seis instituições democráticas listadas anteriormente. Portanto, a democracia poliárquica é diferente da democracia representativa com o sufrágio restrito – como a do século XIX.

Também é diferente das democracias e das repúblicas antigas que não apenas tinham sufrágio restrito, mas faltavam dar-lhes muitas outras características decisivas da democracia poliárquica – por exemplo, os partidos políticos, o direito de formar organizações políticas para influenciar ou fazer oposição ao governo existente, os grupos de interesses organizados, e assim por diante. É também diferente das práticas democráticas em unidades tão pequenas que os membros podem se reunir diretamente e tomar decisões políticas (ou recomendá-las), fazer leis. (VALENTE, 2006, p.67 e 68).

Uma observação importante pode ser extraída. Se para Schumpeter eleições periódicas produzem democracias, em Robert Dahl, a ampliação da representatividade política, pelas infinitas corporações da sociedade, com as multiplicidades do centro de poder, produziria democracia.

Dahl (1997), procura elencar que o voto em eleições transparentes em sua concepção de poliarquia que, ligado à liberdade dos indivíduos de formular opinião e atuar politicamente – características basilares de sua teoria – expõe a realidade da democracia ‘incompleta’, onde os cidadãos “politicamente iguais” (DAHL, 1997, p. 25) e incorporados ao processo, fortalecem o método democrático no que a influência do voto e da manifestação leva suas questões sociais para o campo político e passam a ser consideradas dentro da esfera institucional.

Questões pelas quais Schumpeter (1961) atribui à permanência do conceito clássico de democracia, sobretudo aos princípios de igualdade e bem coletivo, que são refletidas no senso comum a respeito da própria democracia, que deixa de ser vista majoritariamente como um método onde apresentam confluências e dissonâncias entre as teorias da democracia de Schumpeter e Dahl.

Aqui cabe uma importante observação. É importante realçar que, por mais ‘elitista’ que possa parecer à teoria de Schumpeter (1961), o autor jamais aponta como competência os pontos como formação educacional ou social, tampouco padrões ou riqueza material. A política, segundo Schumpeter (1961), deve ficar reservada aos que por ela se interessam e são capazes de atuar em tal processo, uma vez que considera que mesmo entre os cidadãos com conhecimento, cultura e saber, há aqueles que não têm apreço pela política, sendo tão persuasíveis pelos que dominam o meio político quanto qualquer cidadão pouco instruído academicamente.

Assim sendo, a existência de interesses plurais nem sempre garante a igualdade de oportunidade para todos os concorrentes. A participação desigual de algumas minorias

no processo de formação da agenda política compromete os resultados da democracia (HELD, 2002, p.245. APUD. VALENTE, 2006, p.68) e é o próprio Dahl (1982, p83. APUD. VALENTE, 2006.p, 68) que reconhece essa situação, quando afirma que a preferência dos membros das organizações com maior importância na estrutura econômica acaba pesando mais no processo de tomada de decisão governamental.

Dahl (1997), considerando a participação dos indivíduos e sua capacidade de organização, elenca as liberdades necessárias para o bom funcionamento da poliarquia, (governo), aprofundando seus pressupostos que englobam pontos que fortalecem a autonomia política dos cidadãos e, consequentemente, aumenta suas diferenças em relação ao pensamento schumpeteriano.

Assim Dahl concebe a capacidade de organização de oposição, a formação de instituições políticas, a liberdade de expressão e opinião, o voto secreto, dentre outros, que estão embasados na respeitabilidade mútua entre os indivíduos na atuação política. Sendo assim, o sufrágio universal, nos sistemas políticos democráticos modernos não é fator garantidor de uma melhor representação política.

Assim sendo, a representatividade política não pode ser confundida como um reflexo necessário do perfil das camadas sociais, ainda que a universalização do voto permita que haja uma aproximação característica dos representantes com os representados, tornando a política institucional menos elitizada.

Logo se percebe ao trazer a uma crítica à literatura, tanto de Schumpeter quanto a de Dahl, nota-se que os escritos aparentam estabelecer que a política institucional não é disponível para todos. Todavia, como já expõe por Dahl ao defender que, por meio do sufrágio universal, o próprio processo de incorporação de diversos estratos sociais a um direito universal abre a possibilidade para uma transformação no perfil social dos representantes.

Então nota-se que a grandeza e riqueza da teoria de Dahl, (poliarquia) está nos múltiplos fatores que elenca em sua concepção de poliarquia, desde os empecilhos (competição e contestação) para uma consolidação plena da hegemonia política, bem como os percalços que passam os setores recém-incorporados a atividade política mínima – o voto, ao pleitear seu espaço na política.

O que se nota na concepção da teoria política de Robert Dahl é que o pluralismo funciona como ponto de equilíbrio entre as diversas forças políticas e sociais (minorias) em atuação na arena política. E a agregação de interesses individuais, é empregada como ideologia de legitimação do Status quo.

Robert Dahl, (1997) atribui maior ênfase à participação, dando um papel mais ativo aos sujeitos cidadãos. A poliarquia, portanto, não pode ser compreendida para ele como puramente proceduralista. Dentre outros fatores políticos o autor em questão não atribui ao cidadão o mero papel de outorga aos profissionais da política para atuação livre, inclusive, os princípios de inclusão, informação e liberdade, permitem compreender a poliarquia como uma teoria que engloba a atuação política para além do campo institucional da política.

Dahl é enfático ao tratar em diversos pontos de sua célebre obra (poliarquia), da importância da liberdade dos cidadãos, de formular opinião e de se expressarem, de maneira isolada ou conjunta, atuando politicamente não só com o depósito do voto. Essa dissonância entre Schumpeter e Dahl, se torna um dos pontos críticos de contraste entre os mesmos, reforçado quando Dahl (1997) coloca como essencial o respeito do governo às preferências dos cidadãos.

Um ponto perceptível do aprofundamento da teoria de Dahl (1997) em relação ao método procedural de Schumpeter (1961) é a diferença na quais ambos atribuem ao sistema político partidário. O último coloca pouca importância aos partidos políticos em sua obra, considerando-os meras instituições políticas que separam os interessados dos negligentes políticos.

Dahl (1997), por sua vez, fortalece seu argumento de “a representação política não é necessariamente um espelho natural, espontâneo ou inevitável da composição política social”. (DAHL, 1997, p. 207) coloca os partidos políticos como retrato da própria fragmentação social que se refaz nas divisões políticas.

Colocado os princípios teóricos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), centrados no que acreditam ambos os autores serem a democracia em sua realidade, distante dos princípios de inclusão universal, mas sim como método institucional de seleção de parcela das elites políticas por parte dos eleitores, percebe-se logo que Schumpeter reduz o papel do cidadão, dando protagonismo ao grupo que domina.

A poliarquia (Dahl) e o minimalismo schumpeteriano se aproximam no que tange o processo eleitoral, ao passo que Dahl avança em pressupostos para os regimes relativamente democratizados, onde a oposição e a manifestação coletiva exercem um papel significativo no processo democrático.

A próxima subseção terá enfoque em um conjunto de críticas ao método procedural schumpeteriano e a Poliarquia Dahlsiana. Assim, serão realizadas exposições que ora apreciam, outras que os qualificam como elitistas, serão expostas,

com intuito de discorrer sobre as teorias e pensamento político dos autores sobre uma pequena parte das diversas escritas embasadas e impactadas por Schumpeter (1961) e Dahl (1997).

1.7. Giovanni Sartori

A teoria política do Cientista Social Giovanni Sartori torna-se interessante para esse trabalho e através dessa teoria pode traçar um paralelo entre os trabalhos da teoria elitista a democracia possível e a ideal, uma vez que as ferramentas com as quais ele argumenta se aplicam a nosso propósito.

A proposta de estudo se encaminhará pelos conceitos, ferramentas e distinções da teoria “sartorianas”, em especial, o que é considerado para ele como democracia possível e ideal, e os instrumentos de concretude, com comparativos nas mesmas searas alocadas por outras teorias clássicas, tais como a formulada por Dahl e Schumpeter, aqui nesse mesmo trabalho.

Sartori discute a teoria política sobre a democracia. A partir da perspectiva da aproximação normativa e descriptiva⁷. O autor tem o intuito de reconstruir uma corrente dominante da teoria da democracia, tendo em vista o seguinte pressuposto: “as tensões fato-valor são elementos constitutivos da democracia. Isso significa que os fatos expoentes das propriedades democráticas são padrões de comportamento moldados por ideias”. (SARTORI, 1994, p. 26)

Sartori não separa as indagações: *o que a democracia é e o que ela deve ser*, pois assume as duas questões ao definir o regime político. Para ele, o ideal democrático não define a realidade e vice-versa; portanto, o regime político é resultado de interações entre ideais e a realidade.

Giovanni Sartori, em seu postulado de Ciência Política distancia-se da teoria de Dahl por considerar que a democracia implica a postulação de um duplo estatuto: um normativo e outro empírico, tomando ambos como necessários na construção da teoria democrática.

Dessa forma o estudioso italiano busca resolver dois problemas práticos: como defender os interesses das minorias, (elite), isto é, como evitar que o princípio da maioria que caracteriza o regime democrático não leve à exclusão das minorias e, o

⁷. Que estabelece e determina regras, preceitos; prescritivo. Utilizado como regra, padrão, modelo a ser seguido: medida normativa. Que tem força de regra ou norma: o papel normativo da Justiça.

outro, como viabilizar a democracia em larga escala, ou seja, ele tenta viabilizar a democracia de massa sem incorrer na ditadura da maioria.

Assim sendo, acreditamos que Sartori buscou a construção de uma teoria política da democracia do tipo representativa e elitista. (Daí nosso interesse em apresentá-lo nessa dissertação) ou ainda verticalizada, na qual o poder é fragmentado em unidades de decisão reduzidas, denominadas “comitês”, os quais tendem a se proliferar no regime democrático, garantindo um ambiente político plural e competitivo, análogo ao funcionamento da instituição de mercado.

A definição de democracia na perspectiva em que estuda Giovanni Sartori (1994) está intrinsecamente ligada à verificação das ferramentas utilizadas na consecução desta, as quais, de uma forma ou de outra, sempre buscarão a concreção de limitação do poder da maioria, procedimentos eleitorais e transmissão do poder dos representantes.

Sartori ao conceber o conceito de democracia, pois, para ele, tudo que se dá em um regime de forma a não limitar o poder, ao deixar esse como propriedade de uma pessoa e/ou de haver possibilidade de alguém se auto proclamar governante, demonstra que o regime não seria democrático. Por isso para o estudioso italiano, a democracia seria a autocracia pela face da auto proclamação, o que impõe para se conceituar democracia, uma visão empírica e normativa.

Para o filosofo italiano, entende que quanto maior a participação quantitativa, menor é o papel individual na decisão final, como ele bem elucida ao afirmar que “quando falamos de participação eleitoral e, em geral, de participação em massa, o conceito é exagerado e indica, mais que qualquer outra coisa, uma ‘participação simbólica’, um sentimento de estar incluído” (SARTORI, 1994, p. 30).

O autor levanta um problema na tomada de decisão pelo processo eleitoral, que atribui a ele um peso menor; essa problemática para o estudioso reside no ponto em que a decisão que prevalece é a da maioria, o que prejudica as minorias e pode gerar uma ditadura daquela. Portanto, a eleição tem também papel qualitativo enquanto mecanismo democrático, devido à teoria da competição democrática, em que uma das funções centrais da eleição é permitir que o povo autorize a tomada de decisão para aquele que o representa.

Então para Sartori, (1994) não é o povo que toma decisões, mas, em função da suposição do princípio de reações antecipadas, isto é, o representante torna-se sensível às demandas básicas do povo, pela reação eleitoral desse. Desse modo, a teoria competitiva mais o princípio das reações antecipadas que opera graças à possibilidade

de realização de eleições periódicas são os elementos centrais que compõem, em última instância, a teoria empírica ou descriptiva da teoria política de Giovanni Sartori.

A relatividade à diferença entre as teorias empírica e normativa da democracia, o teórico afirma que “o que torna a democracia possível não deve ser confundido com o que torna a democracia mais democrática”. (SARTORI, 1994, p. 214). Então, para Sartori, a democracia seria uma poliarquia (Dahl) eletiva e nesse plano empírico sem garantir a qualidade dos representantes. E afirma que “com a democracia definida como uma poliarquia eletiva não nos referimos ao ‘bom’ funcionamento do sistema, pois a competição eleitoral não garante a qualidade dos resultados, apenas seu caráter democrático” (SARTORI, 1994, p. 233).

Apresentado dessa forma essa teoria descriptiva (empírica ou prática) e somada à teoria normativa ou prescritiva, Sartori passa a apontar as ferramentas no intuito de selecionar a melhor entre as teorias políticas, destacando que a comparação entre diferentes regimes políticos deve ser realizada sempre considerando que as teorias supõem “um duplo estatuto, o normativo e o empírico ou real” (LEISTER *et.al.*, 2013)”.

Sartori trabalha à *teoria do processo decisório*, que seria uma ferramenta normativa que deve abranger o problema de como os representantes políticos tomam decisões no regime democrático e resolvem os problemas, preservando os direitos das minorias. Essa ferramenta se subdivide no mecanismo da Teoria dos Comitês que, para Sartori, seria na tomada de decisão a melhor unidade para esse fim, melhor do que a assembleia ou qualquer outra unidade dispersa, pois para ele os comitês são unidades ideais de decisão ao passo de permitirem a expressão dos interesses mais intensamente preferidos pelas minorias. Aponta Sartori (1994, p. 317).

Mas para que possamos entender os comitês de unidades será necessária uma breve apresentação sobre o termo democracia, que na análise teórica de Sartori, ganha, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), múltiplas e imprecisas interpretações. Para uns, a palavra democracia passa a carregar um instrumental mágico, redentora e capaz de solucionar tudo. Distanciando-se muito da origem grega. A palavra democracia ganha então uso indisciplinado e impreciso.

O que Giovanni Sartori vai fazer nada mais é do que uma tentativa, um esforço intelectual, ou seja, contribuir para diminuir a indefinição que paira sobre o credo democrático. Sartori vai dedicar seus estudos a democracia política, pois essa em sua visão é que fornece as melhores condições para o bom funcionamento das micros democracias. Que agora se apresentam e demarcam grande parte do mundo.

Segundo Ricardo Nogueira Monnazzi; Juvêncio Borges Silva; Luís Felipe Ramos Cirino; Ricardo dos Reis Silveira (2021) no artigo *A democracia e a cidadania ativa no Brasil: uma análise crítica à luz da teoria democrática de Giovanni Sartori*. Publicado na Rev. Eletrônica Pesquiseduca. Santos, V.13, N. 29, p.66-88, jan.-abril 2021 a intenção de Sartori não é propor e muito menos descobrir uma “nova teoria”, mas considerar a possibilidade de apresentar uma nova forma para a perspectiva de tomada de decisão em um processo político. Ele comprehende a democracia succinctamente enquanto teia de processos de tomadas de decisões por várias unidades.

Ao se levar em consideração a definição etimológica da palavra democracia, veremos sumariamente que seu significado seria literalmente *governo do povo*. Sartori (1994), porém, vê essa definição como um primeiro passo da pesquisa. Em sua obra ele busca dar conta de alguns problemas de natureza tanto teórica quanto empírica. Ele procura evidenciar a necessidade de uma teoria da democracia como um meio-termo entre as matrizes do idealismo, normativismo e, de outro, o empirismo.

Em um ponto Sartori, se distancia de Dahl. Considerando a democracia um duplo estatuto: um normativo e outro empírico. Tomando ambos como necessários na construção da teoria democrática. Para criar uma aproximação desses dois polos (estatuto, normativo e empírico), Sartori utiliza um recurso metodológico chamado de “regras de conversão”.

Dessa forma para Ricardo Nogueira Monnazzi; Juvêncio Borges Silva; Luís Felipe Ramos Cirino; Ricardo dos Reis Silveira (2021), Sartori busca resolver um duplo problema: Como defender os interesses das minorias, Isto é, como evitar que o princípio da maioria que caracteriza o regime democrático não leve a exclusão das minorias. Outro, como viabilizar a democracia em larga escala, ou seja, ele tenta viabilizar a democracia de massa sem incorrer na ditadura da maioria.

Mas para isso Sartori buscou construir uma teoria da democracia do tipo representativa e elitista, na qual o poder é fragmentado em unidades diminutas denominadas “comitês”, os quais tendem a se proliferar no regime democrático, garantindo um ambiente político plural e competitivo. (análogo ao funcionamento do mercado).

Para Sartori, tudo que se dar em um regime de forma a não limitar o poder, ou deixar esse como propriedade de uma pessoa e / em de haver possibilidade de alguém se

autoproclamar governante, demonstra que o regime não seria democrático. Para Sartori a democracia (sua teoria) precisa de instrumento de regulamentação de transmissão e exercício do poder regulamentado por instituições jurídicas. Pautado tudo por processos eleitorais.

Sartori aponta outro problema na tomada de decisão pelo processo eleitoral. (mas de menor grandeza). O problema está em que a decisão que prevalece é a da maioria, o que prejudica as minorias e pode gerar uma ditadura daquela. Assim, a eleição tem papel qualitativo enquanto mecanismo democrático, devido à teoria da competição democrática, em que uma das funções centrais da eleição lhe permite que o povo autorize a tomada de decisão para aquele que o representa.

Dessa forma para Sartori, não é o povo que toma decisões, mas, em função da suposição do princípio de reações antecipadas, isto é, o representante torna-se sensível às demandas básicas do povo, pela reação eleitoral, então o papel da eleição e do povo passa a ser elementos centrais que compõe, em última instância, a teoria empírica ou descritiva de sua teoria.

Quanto à diferença entre as teorias empíricas e normativas da democracia, Sartori afirma que “o que torna a democracia possível não deve ser confundido com o que torna a democracia a mais democrática” (SARTORE, 1994, p.214).

Para Sartori, a democracia seria então uma Poliarquia eletiva e nesse plano empírico sem garantir a qualidade dos seus representantes. E afirma “com a democracia definida como uma poliarquia eletiva não nos referimos ao “bom” funcionamento do sistema, pois a competição eleitoral não garante a qualidade dos resultados, apenas seu caráter democrático “(SARTORE, 1994.P.232) Com a teoria descritiva (empírica ou prática) somada à teoria normativa ou prescritiva, Sartori passa a apontar as ferramentas no intuito de selecionar a melhor entre as teorias políticas.

Assim, Sartori mostra os mecanismos para resolver os problemas empíricos e dar visibilidade a sua teoria. Para isso Sartori vale-se de dois postulados: A teoria do processo decisório e a teoria da opinião pública. A teoria do processo decisório é uma ferramenta normativa que deve abranger o problema de como os representados políticos tomam decisões no regime democrático e resolvem os problemas, preservando os direitos das minorias. Essa teoria se subdivide na teoria dos comitês. Ex: As minorias

substantivas (étnicas, religiosas, etc. encontram nos comitês probabilidades de serem atendidas suas reivindicações).

Sartori (1996) pondera que, atualmente, o povo significa uma sociedade bastante instável, atomizada e sem normas. Aponta, ainda, “que o sentimento crescente de ausência de comunidade faz com que o povo se torne massa. Assim, o poder de fato não pertence ao povo, mas aos que controlam” (SARTORE, 1965, p.38). Para ele a política consistiria justamente em afinidade entre governantes e governados, de tal maneira que, em um Estado democrático ninguém se sinta inteiramente subordinado ou soberano. Logo, a política tem a missão de ser o vínculo que ligará o cidadão ao poder do Estado (SARTORE, 1965, p.38)

1.8. Os contrapontos das teorias

As teorias democráticas descritas acima e os seus processos de discussão e rejeição amparavam no argumento, que agora no contexto atual se tornavam familiar. Poder-se-ia questionar se a revisão deviria ou não ser questionada.

Joseph Schumpeter em seu livro *capitalismo, socialismo e democracia* (1943), considerou que os fatos mostravam a necessidade de uma revisão da teoria democrática “clássica” e forneceu tal teoria revisada. Mas do que isso, Schumpeter colocou em evidencia uma definição nova e realista de democracia.

Segundo Pateman (1992) o ponto principal de partida de Schumpeter é na verdade um ataque a noção de teoria democrática. Enquanto uma teoria de meios e fins. Para ele, democracia é uma teoria dissociada de quaisquer ideais ou fins. Democracia é um método político, ou seja, um arranjo institucional, cujo objetivo é chegar a decisões políticas – legislaturas e administrativas.

Desta forma, o procedimento adotado por Schumpeter, na elaboração de sua teoria democrática foi acima de tudo estabelecer aquilo que ele chamou de “doutrina clássica” da democracia para verificar suas possíveis deficiências e propor alternativas.

A principal crítica de Schumpeter a “doutrina clássica” era de que o papel central da participação e tomadas de decisões por parte do povo baseava-se em fundamentos empíricos e irrealistas: “Aquele arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir utilizando para isso uma luta competitiva pelo voto do povo” (p.269). Ajustada com essa definição, a competição

pela liderança é a característica distintiva da democracia, permitindo assim que se diferencie o método democrático de outros métodos políticos.

Schumpeter comparava a competição política por votos a uma operação de mercado, feito a maneira de consumidores, onde os eleitores colhem entre os políticos (produtos) oferecidos. Sendo que os partidos políticos regulam a competição. Fenômeno idêntico ao comércio na esfera econômica.

Na Teoria Schumpeteriana, os únicos meios de participação abertos aos cidadãos são o voto para o líder e a discussão. Segundo ele, o eleitorado não controla seus líderes, mas ao contrário. Os líderes é que controlam os eleitores. Por isso em sua teoria democrática, somente um número suficiente de sujeitos participa, com intuito de manter a máquina eleitoral funcionando. Ou seja, os arranjos institucionais funcionando de maneira satisfatória.

Até aqui o que fora dito é indubitável a importância da teoria política de Schumpeter, sua noção de “teoria clássica”, a caracterização que ele faz do “método democrático” e o papel da participação nesse método, tornam-no um teórico de renome universal. Assim um dos poucos pontos em que os teóricos atuais que discutem a teoria democrática divergem é a questão da necessidade de a democracia ter um “caráter democrático” básico, e poder saber se a existência desse caráter depende do funcionamento do método democrático.

No processo traçado da teoria democrática e na busca de uma resposta, às vezes conflitante e em outras convergentes aparece Robert Dahl. Que para Pateman (1992), suas críticas aos teóricos do elitismo clássico, principalmente Mosca e Pareto, mas não só. Aparecem em dois estudos: *Uma introdução a teoria democrática* (1956) e *hierarquia, democracia e negociação em política e economia* (1956) e, mais tarde também em *poliarquia* (1972).

Ainda para Pateman (1992), Dahl não enfrenta diretamente os teóricos do elitismo clássico e nem ataca direto a postura de Schumpeter, na verdade, Dahl não parece estar muito seguro se existe ou não algo como uma “teórica clássica da democracia”. No começo de *Uma introdução a teoria democrática*, ele postura que não há uma teoria democrática, o que existe são apenas teorias democráticas. Porém, já em outro texto *hierarquia, democracia e negociação em política e em economia*, ele escreveu “em

alguns aspectos, pode-se demonstrar a invalidade da teoria democrática clássica” (1956^a p.86).

Dahl encara as teorias democráticas (do elitismo clássico) que ele tece críticas como inadequadas para os contextos políticos atuais; apresenta como alternativa e melhor aplicação a teoria da democracia como *poliarquia* – governo das múltiplas minorias – enquanto uma teoria da democracia moderna e explicativa e mais realista aos tempos políticos atuais.

Dahl oferece uma série de características que buscam definir a democracia, as quais, de acordo com o argumento de Schumpeter de que a democracia é um método político, constituem uma lista dos arranjos institucionais centrados no processo eleitoral.

Dahl a semelhança de Schumpeter, destaca a ideia de que o relacionamento democrático é apenas uma das numerosas técnicas moderna de uso da teoria democrática. Em seu lugar propõe o sistema poliárquico (governo das múltiplas minorias). Para ele, a vantagem de um sistema assim, comparado a outros métodos políticos reside no fato de ser possível, uma ampliação do número, do tamanho e da diversidade das minorias que podem participar do processo político.

Talvez ai nesse ponto, Robert Dahl, apresenta sua maior divergência política em relação aos teóricos do elitismo clássico. Principalmente Pareto e Mosca. Pareto (1848-1923) argumentou que as classes dirigentes desejam por meio da teoria das elites, que explica a estrutura social em apenas dois níveis sociais: elite e massa. Enquanto Mosca (1858-1941), elenca o ponto alto de sua teoria na doutrina da classe política, classe que Mosca identificava com os componentes do governo, isto é, os que tem poder e o exercem em nome do povo.

Em *Teoria democrática*, publicado em 1962, contém o que talvez seja a modalidade mais radical da revisão de antigas teorias democráticas. (elitismo clássico de Pareto e mosca, passando por Schumpeter e Dahl). Porém nessa obra Giovanni Sartori, basicamente revela uma extensão das teorias de Dahl sobre democracias enquanto poliarquia. Mas, no entanto Sartori ressalta que não são apenas as minorias que governam (como quer Dahl) e sim as elites em competição (há, portanto aqui, certa aproximação com os teóricos clássicos Mosca e Pareto).

Um aspecto a se notar na teoria democrática de Sartori é a ênfase nos perigos de instabilidade e nos pontos de vista correlatos a respeito da adequada relação entre a teoria democrática (o ideal) e a prática. Segundo Sartori, criou-se um abismo intransponível entre teoria “clássica” e a realidade. Afirma ele “a ingratidão típica do homem de nossa época e sua desilusão com a democracia são reações a uma meta prometida e que não pode ser alcançada” (p.54).

Mas isso na interpretação de Pateman (1992), não impede em ter o cuidado de ter má compreensão do exato papel da teoria democrática, mesmo depois de ela ter sido revisionada e reinterpretada. Uma vez que um sistema democrático tenha sido estabelecido – como nos Países da atualidade – o ideal democrático deve ser minimizado. Para Sartori a democracia não deve ficar em guarda contra a aristocracia, como antes, mas contra a mediocridade e contra o perigo de que tal mediocridade possa destruir seus próprios líderes, substituindo-os por contra elites não democráticas.

O receio e o medo de que a participação política ativa da população no processo político leve direto ao totalitarismo permeia todo o discurso de Sartori. O povo, diz ele, deve “reagir”, ele não “age”, isto é, devem reagir as iniciativas e políticas das elites rivais. Felizmente é isso que o cidadão médio faz na prática.

Dessa forma, buscaram-se apresentar as teorias da democracia, aquelas que estavam mais preocupadas em mostrar que espécies de teoria são necessárias para si considerarem os fatos existentes em pontos de atitudes e comportamentos políticos e, ao mesmo tempo, em não colocar em perigosos sistemas democráticos vigentes ao criar expectativas irreais e potencialmente desestruturante.

A conclusão que aqui chegamos à abordagem das teorias no pensamento do elitismo clássico (Pareto e Mosca) que datam do final do século XIX e início do século XX. Para ambos os teóricos apenas uma elite política organizada é capaz de gerir uma sociedade, tornando-se fundamental para o seu pleno funcionamento e desenvolvimento. Pode ser encarada como elemento político hermeticamente fechado variando em dois polos – elite (governante) e povo (governados). Enquanto que a teoria contemporânea da democracia (o elitismo democrático) É dessa corrente de pensamento, que vai refutar a ideia de que a democracia poderia realmente existir em sua concepção clássica, por conta das minorias que sempre dirigem a sociedade, esse elitismo servia aos interesses da antiga aristocracia. Mas não atende o contexto político

atual (aqui representado por Schumpeter, Dahl e Sartori), apresenta múltiplas concepções e possibilidades se apresentam em sua prática.

Para estes novos teóricos do elitismo a concepção clássica de democracia não representava mais a realidade, visto que nos regimes totalitários europeus, por exemplo, o povo apoiava os ditadores desses governos, demonstrando que nem sempre o apoio popular se traduz em democracia. Ao contrário, a massa poderia ser facilmente influenciada por demagogos e se tornar uma ameaça antidemocrática.

Portanto a diferença entre um sistema democrático e um autoritário estaria restrinida a uma “questão de procedimento político”. Na democracia as elites seriam abertas, com ampla possibilidade de renovação e de troca a partir de eleições em que o povo escolhe os indivíduos mais capacitados para governar o Estado. É a disputa pelo voto da população que asseguraria que nenhuma elite se fecharia e dominaria a vida política.

CAPITULO II. Amapá formação político administrativa: os primórdios.

O Estado do Amapá, como Unidade Federativa consta como uma das mais novas a fazer parte da Federação Brasileira. Porém, “seus antecedentes históricos estão vinculados aos ciclos de navegação dos séculos XV e XVI. Representados pelos Portugueses e Espanhóis. Tempos depois pelos Ingleses, Holandeses e Irlandeses”. (PICANÇO, 1981, p.20).

Com início da expansão Marítima dos séculos XV e XVII, o mundo passa por uma série de descobertas, posse e subjugação de povos. Principalmente aqueles distantes da Europa. Países europeus esquadriňaram os quatro cantos do mundo. O chamado “Novo mundo”. Quase sempre estavam em busca de riquezas materiais.

Conforme Silva e Viana (2012, p.41), “Portugal e Espanha, foram os primeiros países a se lançar nessa jornada marítima em busca do novo mundo. Por essa razão entre outras, dividiram entre si as terras recém descobertas do além mar. Fundamentados no Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494⁸”.

O Tratado de Tordesilhas, ao ser efetivar, começou logo a ser questionado por outros países que não foram ou não se sentiram celebrados pelo pacto. Entre eles estava a França. Refutação feita por Francisco I rei da França, que alegou não ter visto no testamento de Adão a divisão do mundo entre as potências ibéricas, (CARVALHO, 1998, p.198).

O espaço brasileiro por apresentar uma dimensão continental com variedade de biodiversidade riquíssima na flora e fauna, sempre esteve no pensamento da cobiça internacional. Assim, a França tentou se instalar diversas vezes no território brasileiro. Inicialmente no Rio de Janeiro. Formando ali a chamada França Antártica, que vai do período de 1555 a 1567, ano em que foram repelidos pelos portugueses. Mas tarde, os franceses em nova tentativa de ocupação rumaram em direção do Nordeste Brasileiro, instalando a França Equinocial no Maranhão. Ocupação que vai de 1612 a 1615. Quando foi tomada pelos portugueses.

⁸O Tratado de Tordesilhas foi um acordo internacional assinado na povoação castelhana de Tordesilhas em 7 de junho de 1494, celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela para dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas fora da Europa.

Em 1512, um grupo de comerciantes e nobre franceses, aguçado principalmente, pela atividade açucareira, se associa em um empreendimento comercial. Apoiados pela coroa francesa passam a organizar um entreposto (colônia) no Brasil. A chamada França Equinocial, que ficava localizado em um vasto território não ocupado ainda pelos portugueses. Onde hoje se situa o atual Estado do Maranhão. Na porção mais acentuada do nordeste brasileiro.

Ávidos por ocupação e exploração, expulsos do Maranhão, os franceses em mais uma tentativa de ocupação vão concentrar-se, em 1605, na Guiana Francesa. Que constitui fronteira com terras amapaenses. Segundo Reis:

[...] Henrique IV outorga a Daniel de La Touche, sierv de laravandiére, a concessão de terras situadas entre a Amazônia e a ilha de Trindade, atribuindo-lhe, mas, o título de liutenant- Général Du Roy.LaRavadiére,em suas andanças náuticas visitara aquele vasto litoral encantando-se com a Guiana.Fora bem recebido pelo gentil,fizera aliança com eles, os sulibis, estabelecera a primeira posição francesa na ilha do mocambo, que denominou de caiena (REIS.1968,p.41)

O desejo dos franceses de ocupar terras brasileiras, não se dissipou em sua totalidade e depois de um longo período e de algumas tentativas fracassadas eis que o desejo emerge novamente apartir de 1679, sendo dessa vez a ocupação se concentra em vasta porção da região norte do Brasil. Designada na época de *Terras do Cabo Norte*.

Com a chegada do Marquês De Ferroles na Guiana Francesa, por volta de 1676, se intensifica um período de lutas entre Franceses e Portugueses. Dando início a disputas de áreas fronteiriças entre os rios Oiapoque e o Moroni. O que mais tarde passa a ser conhecido como Contestado - franco que vai de 1836 a 1900⁹.

9.O contestado franco-brasileiro foi um período entre 1836 e 1900 em que terras amapaenses foram reivindicadas por tropas francesas e configuraram área de litígio. A França reconhecia o Rio Oiapoque como limite da Guiana Francesa e o Amapá, porém argumentava que o Rio Oiapoque seria, na verdade, o Rio Araguari. Assim, a base francesa clamava parte do território amapaense que compreendia 260.000km². A defesa brasileira foi composta de vários documentos e apresentada internacionalmente por José Maria Paranhos, o Barão Do Rio Branco. A questão finalmente foi resolvida, quando o então presidente da Suíça expediu laudo favorável ao Brasil, incorporando oficialmente o Amapá às nossas terras e justificando a notoriedade até hoje atribuída ao diplomata, que nomeia uma das mais importantes praças de Macapá: a Praça Barão do Rio Branco.

Segundo Paz (2021, p.155), “desde 1841, Brasil e França haviam acordado que esse território sob litígio permaneceria “neutralizado”, isto é, sem soberania nacional definida, logo, não submetido a leis ou ao governo de nenhuma nação”. Há séculos toda a área entre o rio Amazonas e o Oiapoque era reconhecida pelas autoridades de ambos os países como refúgio para diversos tipos de fugitivos, incluindo escravos, desertores, criminosos, entre outros.

A situação do Contestado foi agravada, por uma súbita leva populacional, causado pelas descobertas de grandes jazidas de ouro na região de Calçoene, atraindo rapidamente brasileiros que ocuparão a região, bem como, pessoas vindas das Guianas e do Caribe. O ano é 1893 quando da descoberta do ouro na região que hoje compreende o Município de Calçoene, pelos irmãos Firmino Ribeiro e Germano, garimpeiros paraenses, naturais de Curuçá. A “boa nova” de descoberta do “El dourado” em terras brasileiras faz circular e agravar ainda mais o contestado. (PICANÇO, 1981, p.103).

Nesse clima de prosperidade e riqueza, de respiração áurea, os aventureiros com sede de exploração e desejo de enriquecer fervilharam toda a região agravando muito a disputa territorial entre Brasil e França. Segundo Picanço (1981, p.103) “quilos e quilos de ouro saiam do Amapá. Os dois caboclos descobridores, de garimpo, não ficaram sem o seu quinhão. Fala-se que o criollo Clemente Tamba,¹⁰ chegou a esnobar na Europa sua fabulosa fortuna”. De Paris trouxe uma carruagem luxuosa, modelo “Napoleão III”, com frisos de ouro, que desfilava garbosamente pelas ruas de Caiena (PICANÇO, 1981, p.103).

Desse intenso movimento, muitos que ali circulavam, explorando, comercializando, contrabandeando, etc. estavam os franceses. As autoridades de Caiena, (Capital da Guiana Francesa) enriquecidas tinham interesse em criar na zona do Contestado uma saída que lhe pudessem trazer maior autonomia política. Então “é nomeado como representante na região, mas precisamente em Cunani, um negro de nome Trajano,

¹⁰.Clément Tamba, um negro iletrado de Cayenne [Caiena], grande comerciante de peles, socio de uma empresa de cabotagem Pierre Villiers, de Cayenne, no mês de janeiro de 1894. Foi um habitante do Contestado chamado Germano, quem, de passagem por Cayenne, convenceu esses dois garimpeiros a fazerem uma expedição de prospecção nas nascentes do Carsewene [Calçoene]. (Romani, 2010).

escravo foragido de Cametá, que se tornara amigo e protetor dos crioulos da Guiana Francesa.”¹¹ (PICANÇO, 1981. p.104).

O fato da descoberta de ouro na região de Lourenço (distrito do Município de Calçoene) e a criação da república de Cunani¹², desembocam na criação do triunvirato¹³ que mais tarde proporcionam a invasão de tropas francesas na então vila do espírito Santo do Amapá.¹⁴

Por longo tempo a questão do Contestado Franco-Brasileiro, ficou por assim dizer, em dormência, vinda a ser decidida naquilo que ficou para os anais da história conhecido como o laudo suíço. “Esse incidente diplomático obriga as autoridades brasileiras e francesas a se reunirem em Berna, na Suíça, cinco anos depois, onde o ministro das Relações Exteriores e patrono da diplomacia brasileira, o barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912)”, leva a conhecimento das autoridades arbitrais deste litígio territorial “a obra de Joaquim Caetano da Silva, uma reedição da obra De l’Oyapok à l’Amazone, entregue ao presidente da Confederação Suíça em 5 de abril de 1899, contestando as razões apresentadas pela França”.(BALDUS,2019,p.20)

Ainda para Baldus (2019, p.20), a “sustentação do barão do Rio Branco reunia o brilhantismo de um historiador e advogado notório”, lastreado por abundante documentação, de modo que, em 1º de dezembro de 1900, o presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Heuser, proclamou que “conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Yapoc ou Vicente Pinsão é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do Cabo Orange”, arbitrando a disputa territorial em favor do Brasil. Essa decisão é conhecida como o Laudo Suíço, pondo um fim

¹¹ A república de Guanany (Cunani) foi fundada em 1885, por um grupo de brasileiros e franceses, que proclamou na faixa entre os rios Araguari e o rio Oiapoque a republique de La Guiane independente, chefiado pelo Frances Jules Gros. (ARAUJO, 1981).

¹². Em 23 de outubro de 1886, ou talvez um pouco antes (em agosto de 1886 segundo Coudreau) o então capitão de Cunani, Trajano Benítez, declarou sua independência (SARNEY & COSTA, 1999).

¹³ Criado em 26 de novembro de 1894. Composto por Cônego Domingo Maltez, Francisco Xavier da Veiga Cabral e Desiderio Antônio Coelho.

¹⁴ Exatamente na manhã do dia 15 de maio de 1985, a Canhoneira de Guerra Bengali, procedente de Caiena, conduzida pelo capitão Lunier, e seus soldados atacam a pequena vila do Espírito Santo do Amapá. (VIANA & SILVA, 1983).

diplomático a uma disputa dominial inaugurada desde o século XVII, com o Tratado de Utrecht.

A arbitragem aceita pelas duas partes ocorreu em Berna, capital da Suíça. Para a defesa a França mandou representantes que não conheciam o terreno (um ex-governador da Guiana), mas que se apoiavam nos trabalhos do grande geógrafo Paul Vidal de La Blache. Este se dedicou a comprovar, com argumentos científicos e toponímicos, que o rio “Japoc ou Vicente Pinção” do tratado de Utrecht não era o Oiapoque, mas sim um braço agora enlameado do Araguari, que na época era atlântico e por isso podia ter sido escolhido como fronteira, já que deixava o Cabo do Norte aos portugueses. Mas sua argumentação era enfraquecida pelo fato dos franceses, em dois séculos de litígio, terem alegado vários rios entre Oiapoque e Amazonas como ”Japoc ou Vicente Pinção” (Cassiporé, Calçoene, Araguari, Carapaporis, Maiacaré...), enquanto o Brasil só identificou o rio Oiapoque.

Provavelmente, por esse motivo que o diplomata brasileiro Rio Branco, vindo com duas memórias em nove volumes redigidos diretamente em francês, e dois atlas com 150 mapas anteriores ou contemporâneos do tratado de Utrecht, não se contentou com os únicos argumentos científicos: seu objetivo era mais de convencer a plateia da incoerência da posição francesa e da falta de legitimidade de suas reivindicações com bases históricas. Assim, demonstrou com sucesso que o Araguari, sendo um afluente do Amazonas, os franceses não podiam reivindicá-lo como fronteira.

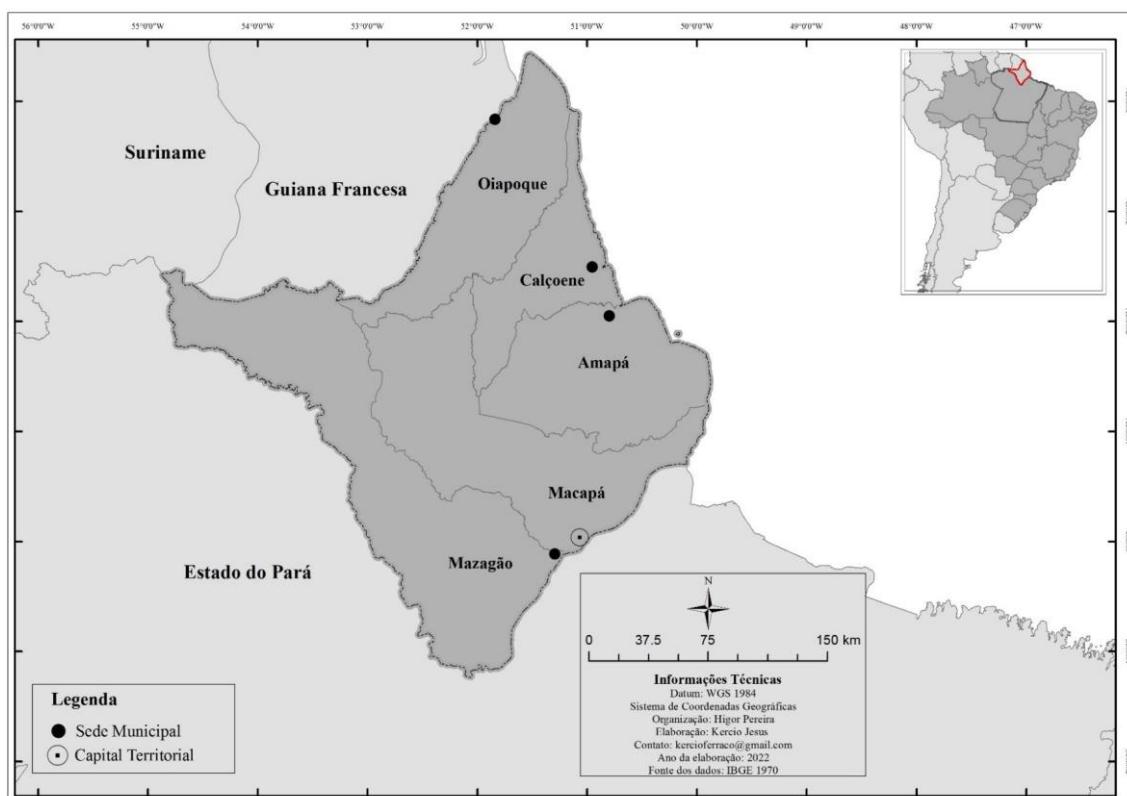
O Diplomata brasileiro, em seu argumento buscou comprovar, com mapas, toponímia, testemunhas, relatórios de viagem inclusive franceses, a anterioridade do povoamento luso-brasileiro na região. Aplicava assim novamente a teoria do *uti possidetis*, enquanto nenhum documento mencionava a presença antiga de franceses na região. Dessa forma, Rio Branco conseguiu comprovar que os franceses não ocupavam o território que reivindicavam, a ocupação efetiva do Território Contestado tinha sido um argumento decisivo a favor do Brasil, como tinha sido em 1750 no tratado de Madri.

Após desgastantes argumentos diplomáticos o *laudo suíço* torna-se uma vitória diplomática brasileira permitida pelo uso do *uti possidetis*. Vindo a se então publicado pelo presidente da Suíça Walter Hauser em 1º de dezembro de 1900, delimitando definitivamente as fronteiras entre o Brasil e França. Data essa que temos a divulgação da sentença proferida pelo arbitramento suíço sobre a disputa de terras na região do Cabo Norte levantado entre duas nações soberanas (Brasil e França).

Assim, definiu-se que os limites entre a colônia francesa e Brasil, era realmente o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón. Definindo-se dessa forma as áreas fronteiriças, e pondo fim ao litígio da área contestada. Passando as terras amapaenses definitivamente a ser brasileiras. Estavam, assim, encerradas as lutas e disputas seculares entre Brasil e França pelo controle das terras amapaenses, incorporadas, definitivamente, ao território brasileiro como parte integrante do estado do Pará.

2.2. Amapá. O nascimento como Território Federal

Mapa 1 – Divisão administrativa do Território Federal do Amapá (1956 a 1987)



A criação do Território Federal do Amapá ocorre durante a segunda guerra mundial. No Governo do senhor Getúlio Vargas. “Sua criação ocorreu através do Decreto-Lei nº. 5.8124, de 13 de setembro de 1943, que também criou os Territórios Federais Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, de partes desmembradas, respectivamente, dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina”. (SILVA, 2017, p.15).

A Era Vargas, como ficou conhecido na historiografia brasileira que se estendeu de 1930 a 1945, foi um período na qual Getúlio Dorneles Vargas (nascido em São Borjas,

Rio Grande do Sul) tornou-se presidente da república Federativa do Brasil. A ascensão de Vargas ao poder foi resultado direto da Revolução de 1930, que destituiu Washington Luis e impediu a posse de Júlio Prestes a ocupação presidencial (que fora eleito e poderia assumir a presidência).

Ao longo desse período, Getúlio Vargas procurou centralizar o poder. Muitos historiadores, cientistas sociais e estudiosos em geral, entendem o período 1930-1937 como a “gestação” da ditadura de Vargas. Vargas também ficou marcado pela sua aproximação com as massas, característica que se tornou muito marcante durante o Estado Novo.

Vargas ocupou e permaneceu no poder até 1945, quando foi forçado a renunciar à presidência por causa de um ultimato dos militares. Com a saída de Vargas do poder, foi organizada uma nova Constituição para o país e iniciada outra fase da nossa história brasileira.

A criação dos Territórios Federais foi propugnada a partir de subsídios capazes de fomentar o desenvolvimento econômico e combater a desnacionalização. “No caso do Amapá, seus objetivos também visaram garantir a proteção da fronteira norte do país, e atender, através da conciliação, aos interesses de uma elite regional e local”. Esses setores, conforme Silva, “reivindicavam uma atuação política mais efetiva para essas regiões, com a manutenção e aquisição de novos privilégios, buscando ao mesmo tempo garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas”. (SILVA, 2017, p.15).¹⁵

Porto (2005.p, 03), diz que “a experiência dos Territórios Federais no federalismo brasileiro deve ser abordada não somente em termos administrativos, mas, também, considerando-se as relações políticas, econômicas e sociais”, exercidas em uma área geográfica, política e juridicamente delimitada, sob a tutela direta da União.

Esses aspectos devem ser considerados por “trazer em seu bojo escopo de empreendimentos, serviços, e obras destinados a preservar o país das ameaças de toda ordem, defender a zona de fronteira, salvaguardar as riquezas e assegurar a saúde da sua população [...] com políticas de saneamento, no sentido de melhorar os padrões

¹⁵. Inicialmente o Território do Amapá, dividia-se em três municípios: Amapá, Macapá e Mazagão. A Capital era o Amapá. Posteriormente Macapá passa a ser a Capital, por motivos de logística. Em seguida acrescenta-se o Município de Oiapoque. Só bem mais tarde, em 1956, foi criado o Município de Calçoene. (SARNEY & COSTA, 1999.p.231).

econômicos e sociais de seus habitantes e da expansão da riqueza do país". (PORTO, 2003, p.03).

A descoberta de grandes jazidas de minério de manganês na serra do Navio (Município amapaense) remonta ao início da década de 1940. Em 1945 são descobertas as jazidas de manganês no Amapá. No ano seguinte, o Presidente Eurico Gaspar Dutra declarou as jazidas do então Território Federal como reservas nacionais. Teve então início a disputa pela concessão, que só terminaria em 1947, em acordo com a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (Icomi), criada em 1944. Justamente com o propósito de exploração do Manganês recém descoberto.

No final do ano de 1947, o Território Federal do Amapá foi autorizado, por decreto presidencial, (o Decreto-Lei nº 9.858 (BRASIL, 1946b). A firmar contrato de prospecção com a Icomi. Em 1948 tiveram início às pesquisas geológicas na região no Município de Serra do Navio. Em 1949, a Icomi associou-se à empresa estadunidense Bethlehem Steel Company.

A partir da exportação do Manganês no Amapá. Pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A.- ICOMI – compreendendo o período de 1957-1997, parte da região vai se desenvolver na esteira dessa exploração. Começa a apresentar certas infra-estruturas locais (estrada de ferro, porto, rodovias e uma usina hidrelétrica), as quais tiveram forte participação do Estado, via incentivos fiscais e aquisição de financiamento externo.

2.3. A Indústria e Comércio de Minérios S.A. - ICOMI, como propulsora de desenvolvimento no Amapá

Foto .2 – Exploração de Manganês



Conforme Monteiro (2003, p.02) “A exploração do manganês da Serra do Navio, no Amapá, foi à primeira experiência de mineração industrial na Amazônia. O empreendimento foi conduzido pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), que se instalou na região na década de 50 do século XX”

Durante o século XX o minério de manganês foi largamente empregado (95%) para suprir a indústria siderúrgica, cujo valor de uso está estreitamente associado ao percentual de manganês contido no minério. Os minérios de manganês são classificados de acordo com o percentual do conteúdo metálico, com os componentes acessórios e ainda com sua granulometria (GONÇALVES; SERFATY, 1976, p. 7).

Segundo Leal (1988) as jazidas de Manganês no Amapá teriam sido descobertas no início do século XX; entretanto, essa informação teria sido mantida em sigilo até os anos 40 daquele século, para favorecer os interesses de empresas norte-americanas. Diferentemente dessa versão, que carece de base factual, diversas fontes acerca do descobrimento de jazidas de Manganês no Amapá corroboram a indicação de que a descoberta teria ocorrido em 1945, em decorrência do estímulo, naquela época, à procura por minério de ferro na região, acelerada pelo fim da Segunda Guerra Mundial.

Em setembro de 1946, por decreto-lei, o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, declarou as jazidas “reserva nacional”; consequentemente, seu estudo e seu

aproveitamento deveriam ser feitos pelo Governo do Território Federal do Amapá sob a orientação do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM), (ICOMI, 1958, p. 1).

O decreto estabelecia ainda que entidades particulares ou de economia mista pudessem ser contratadas para o aproveitamento das jazidas e que deveria ser garantida ao Território Federal do Amapá participação direta nos resultados da exploração da mina (CUNHA, 1962.p.115).

Agora, com a descoberta do minério de Manganês, uma série de tratativas, formais e institucionais são necessárias para colocar em andamento a possível exploração dessa riqueza. Abre-se então a partir desse momento a licitação pública para as empresas que desejasse concorrer.

O governo do território Federal do Amapá promoveu uma espécie de concorrência para a escolha da empresa à qual seria atribuída a tarefa de exploração. Desse certame participaram três empresas: a Hanna Coal &Ore Corporation, a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária brasileira da United States Steel, e a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês (ICOMI) (AMAPÁ, 1999, p. 14).

No início de 1949 a ICOMI associou-se à Bethlehem Steel Company — naquele momento, uma das gigantescas corporações norte-americanas produtoras de aço (CHANDLER, 1998, p. 127) —, que passou a ter 49% do capital da empresa.

Em 1950 Augusto Trajano de Azevedo Antunes e outros empresários criaram uma nova empresa, a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), cuja presidência coube a Trajano. A CAEMI passou a ter o seu capital integralizado por meio de ações ao portador, sem direito a voto, de ações nominativas com direito a voto na gestão da empresa. Nos anos seguintes, foi efetivada uma série de emissões e compras de ações que converteram a CAEMI na controladora da ICOMI, como um holding. Ela detinha 51% das ações da ICOMI, e os 49% restantes pertenciam à Bethlehem Steel Company.

Em 1951 a ICOMI entregou o relatório da pesquisa geológica iniciada em 1948. Nele se apontava a existência de reservas de 16 milhões de toneladas de minério, com teor superior a 46% de manganês. Tratava-se do resultado de uma pesquisa realizada em 65% dos 2.500 hectares concedidos para o arrendamento (ICOMI, 1958, p. 2)

Depois de formalizados e acertados os meios de financiamento do empreendimento, as obras de implantação da infraestrutura necessária à valorização das

reservas da Serra do Navio tiveram início em 1954. As obras civis desenvolveram-se em ritmo acelerado, foram edificados os equipamentos de infraestrutura, que compreenderam as instalações industriais para a lavra e o beneficiamento do minério, a estrada de ferro e um embarcadouro de minério. No ano seguinte, a ICOMI iniciou a construção e a urbanização de duas vilas residenciais: Serra do Navio e Amazonas.

Para a integração entre as duas vilas e o escoamento do minério foi construída uma estrada de ferro com 193 quilômetros de extensão. Partia de Serra do Navio, serpenteado a floresta, rios e o cerrado até chegar a Santana, seu destino final. Lá se localiza o embarcadouro de minérios construído pela ICOMI, a 22 quilômetros de Macapá, situado à margem esquerda do canal norte do rio Amazonas, em frente à ilha de Santana, hoje no município de mesmo nome.

É inegável que a exploração do manganês da Serra do Navio provocou diversas alterações na sociedade e na economia do Amapá. Conforme Monteiro (2003, p.56) “Os impactos decorrentes do empreendimento tiveram sua importância ampliada pelo fato de ele ter se desenvolvido em um ambiente social caracterizado pela reduzida dimensão da economia”, e mais, pelo pequeno número de habitantes e, “sobretudo, pela fragilidade da organização do aparato estatal e da sociedade civil”. (MONTEIRO, 2003.p.56).

A ICOMI, conforme Monteiro (2003, p135) ao explorar o Manganês. Efetivou “obrigação contratual de realizar novos investimentos na região”. Assim, uma parte do valor adicionado que coube aos donos do empreendimento foi reinvestida no Estado”, Já que “o contrato relativo à exploração do manganês da Serra do Navio estipulava que, além do pagamento de royalties, a empresa deveria reinvestir 20% dos seus lucros líquidos na região”. Para dar por cumprida essa exigência, a ICOMI incluía como investimentos de lucros no Estado do Amapá, projetos direcionados a atividades estritamente ligadas às inversões que ela necessitou realizar em função das exigências do mercado mundial de manganês. (MONTEIRO, 2003, p.135).

Em decorrência da exploração do manganês da Serra do Navio, a ICOMI também criou uma série de Companhias entre elas estão a Companhia Ferro-Liga do Amapá (CFA), a Bruynzeel Madeira S.A. (BRUMASA)¹⁶ – dedicada à produção de madeira

¹⁶. Em fevereiro de 1989, a BRUMASA seria vendida para a Indústria Trevo, que, mesmo após encerrar definitivamente suas atividades operacionais em Santana em novembro de 1990, a revendeu em 1991, para a Companhia Ibero-Americana. Atualmente sua área e antigas instalações estão integradas às da

compensada –, a Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL) – detentora de um projeto florestal que envolve 172 mil ha, voltado para o plantio, em áreas do cerrado amapaense, de píñus tropicais e para a produção de cavacos de madeira exportados para indústrias de celulose¹⁷ – e a Companhia de Dendê do Amapá (CODEPA) – uma agroindústria com atividade dirigida para o plantio de dendê. (MONTEIRO, 2003)

Uma questão sobre a presença da ICOMI no processo de exploração do Manganês é pertinente de manifestações em duas direções. Uma extremamente otimista, Urech (1955)¹⁸ presente em memória de ex-funcionários e em edições de jornais, nas quais a mineração e a atuação da ICOMI são apontadas como capazes de impulsionar rapidamente a modernização do Amapá¹⁹. Os efeitos da operação da empresa e os termos do arrendamento eram apontados no discurso oficial e de amplos setores da sociedade como fundamentais para o desenvolvimento do Amapá.

Repetia-se à exaustão o discurso da própria empresa: a descoberta do manganês e sua exploração anos depois vieram trazer um forte estímulo ao progresso do Território, tanto no que diz respeito à contribuição financeira, na forma de “royalties”, impostos, salários, pagamentos e bens de consumo e serviços, como do ponto de vista social, pela maneira por que a concessionária da exploração das jazidas assiste a seus empregados e colabora com a comunidade amapaense (ICOMI, 1968, p. 2).

fábrica de cavacos da Amapá Celulose S.A. (AMCEL), na cidade de Santana, às margens do Rio Amazonas. (<http://santanadoamapa.blogspot.com/>)

¹⁷. Toda a produção cerca de 900 mil ton./ano de cavacos é exportada através do porto de Santana para países da Europa e Ásia, como matéria-prima essencial para fabricação de celulose, papel e produtos de madeiras. (<https://www.amcel.com.br/home/#>).

¹⁸. Ele apresentou uma visão muito favorável dos efeitos da mineração na economia do território. Preconizou que, a partir da mineração, abrir-se-iam as portas para o rápido desenvolvimento do território. Esse desenvolvimento resultaria da implantação de uma indústria siderúrgica que utilizaria, além do manganês, outros minérios existentes no território.

¹⁹ . Villela e Almeida (1966, p. 180) também apresentam uma visão otimista do papel que a extração de manganês na Serra do Navio desempenharia na socioeconômica da região. Para eles, a capacidade gerencial, a utilização de técnicas modernas, o volume e a estabilidade da produção presentes na Serra do Navio indicavam a superação concreta do extrativismo tradicional e de práticas pré-capitalistas, o que permitiria impulsionar o desenvolvimento do Amapá. Os autores apontam a mineração na Serra do Navio como um dos poucos exemplos bem-sucedidos de empreendimentos capazes de modernizar a Amazônia, cuja economia tinha o crescimento bloqueado por diversos obstáculos de difícil transposição.

No entanto há o outro lado. Que faz referência a passivos negativos à apresentação e a atuação da empresa na exploração do manganês. Costa (BASA, 1969). Afirma Pinto (1977, p. 96):

Nos seus quase 20 anos de atividade, a ICOMI representou pouco para o país, muito menos do podem oferecer projetos de mineração desse tipo. Sem poder usar as reservas do Amapá, o país teve que aumentar progressivamente suas importações e, proporcionalmente, suas perdas nas relações de troca são substanciais.

Para ele o ritmo de extração do minério (destinado a atender somente interesses internacionais) era contrário aos interesses nacionais, especialmente no que se refere ao fortalecimento da indústria siderúrgica brasileira (PINTO, 1977, p. 96).

No que tange à contribuição da empresa para o desenvolvimento do Amapá, Pinto (1977, p. 97) também não indica avanços, minimizando os efeitos do pagamento de royalties na socio economia do Estado. Diz ele:

Entre 1956 e 1966, a ICOMI conseguiu nas suas exportações 240 milhões de dólares e a maior parte dos royalties que pagaria ao governo do Território foram empregados para a construção de uma pequena hidrelétrica (que começa a funcionar no próximo ano com 40 mil kw e chegará no máximo a 80 mil kw), da qual a própria ICOMI será beneficiada.

Certamente os dois lados se contradizem. Ambos projetam suas vantagens e desvantagens. Não iremos nesse espaço ampliar uma discussão que venha caminhar nesse sentido. O que se pretendeu simplesmente foi apontar dentre muitos fatores econômicos que alavancaram a estrutura social e econômica do então território Federal do Amapá.

Porém para que essas conquistas das descobertas de jazidas de manganês no Município de Serra do Navio e a consequente tomada da exploração, com a contribuição do alavancamento do progresso econômico e social do Ex Território Federal do Amapá só foi com a participação de outros elementos sociais.

2.4. Famílias tradicionais

No Brasil, a existência de famílias com grande tradição e poder na política, é de fato uma realidade. Como já demonstrado historicamente por Faoro (1997).

“a comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois [...] a sociedade, se comprehende no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos. Dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder institucionalizada num tipo de poder: O Patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo – assim é porque sempre foi [...]” (FAORO, 1997, p.733).

A citação de Faoro nos remete pensar a formação política em parte da sociedade brasileira. Que em certos lugares confundem-se as estruturas públicas e privadas. (Patrimonialismo). Fenômeno muito comum em tempos passados no vasto rincão brasileiro. Fenômeno que considerando o contexto narrado sobre a evolução do então território também é perceptível no Amapá. Tal fenômeno também perceptível no ex Território Federal do Amapá.

Grupos políticos compuseram o cenário de transformação do Território para Estado, visto que a atividade política é composta por acordos, negociações, disputas, arranjos, desentendimentos entre outros, os quais, variavelmente são assegurados por alianças e conveniência, derivadas às vezes de interesses pessoais e com objetivos imediatos.

Essa é uma prática presente em cidades provincianas, que se expressa através da possibilidade de uma virtual consolidação de elementos enraizados em uma estrutura de autoridade e domínio local. (Dominação tradicional weberiana) Dessa forma, as causas dessa realidade, podem ser reunidas e resumidas para a busca, o alcance e a manutenção no poder. Pois, quando não se possui bases sólidas e confiáveis, maiores são as dificuldades de manutenção e sustentação no poder.

O estudioso das elites americanas, Charles Wright Mills (1965) dedica-se à análise de elites em cidades pequenas no interior dos Estados Unidos no pós-II Guerra, o que representa uma proximidade passível de comparação na escala, no recorte da amplitude temporal com o escrito aqui colocado sobre o Amapá.

Para Mills, as cidades médias ou pequenas possuem grupos de famílias distintas do restante da comunidade, pois controlam a produção majoritária da riqueza e formam a opinião pública local. Esse grupo é constituído pelos proprietários e editores da imprensa, tanto de jornais quanto de emissoras de rádio, fato que encontramos na análise biográfica de algumas amostras de empresários, políticos e burocratas que atuaram em Macapá nos tempos do território.

Assim, como em todo meio familiar, nas estruturas políticas, tudo geralmente é conduzido por uma (ou algumas) figura central, possuidora de “autoridade” e merecedora de respeito, obediência e fidelidade. Ou em outras palavras o compadrio. Ou seja, aquele que possui influência significativa sobre os outros, ou o que está sendo capaz de manter o controle sobre o grupo (a elite). Assim foi constituída a figura do primeiro governador do Território Federal do Amapá. O senhor Janary Gentil Nunes.

No Amapá, (Território Físico e Administrativo) circunvizinhado por um quantitativo considerável de pequenas ilhas de fronteiras fluidas de naturalidades paraense e amapaenses que comercializavam diversos produtos. Esse comércio não seguirá a mesma lógica estabelecida pela economia de mercado, sustentando-se, basicamente, através da troca de mercadorias, o que revela a baixa densidade da monetarização do comércio regional/local nas proximidades de Macapá.

Nesse contexto social, político e econômico “a vivência em Macapá foi marcada pela dicotomia entre a cidade rural, interiorana, de tradição pacata, e aquela impactada pela gestão dos “administradores” que vinham de fora, com a promessa de transformar Macapá em uma cidade referência na Amazônia”. Ainda que para isso, a “ideia de cidade predestinada ao progresso, como a capital do futuro do estado, esteve presente durante toda a permanência do Amapá Federal”, garante Silva. (SILVA, 2022, p.296).

Nas décadas de 30 e 40, a sociedade brasileira apresenta uma atmosfera de grandes e rápidas mudanças. Os processos de urbanização e de industrialização que se aplicava e a nova política de desenvolvimento social que o Estado criava levaram a uma perspectiva política mais otimista de progresso.

Segundo Lobato (2014.p 02) “No pós-1930, muitos intelectuais e políticos abandonaram a perspectiva dos determinismos raciais e ambientais, (que circundava a sociedade desde há muito tempo)” e “passaram a atribuir o “atraso” de grandes regiões como a Amazônia ao descaso dos representantes do Estado liberal, supostamente vigente na Primeira República (1889-1930)”.

Tal descaso teria feito com que está “região ficasse a mercê dos poderes locais (constituídos por seringalistas decadentes e latifundiários) que não reuniam as condições necessárias para alavancar o seu desenvolvimento econômico” é o que afirma (LOBATO, 2014. p.03).

Entretanto, para muitos daqueles que viviam as tensões em torno da crise do liberalismo no Brasil e no mundo, o governo federal, deveria intervir na Amazônia, demarcando e ocupando espaços, para aí criar uma mínima ordem socioeconômica capitalista. Em outras palavras: a denúncia do atraso da região amazônica servia para justificar a intervenção técnica do Estado.

Sob otimismo nacionalista do pós-30 na crença da viabilidade da construção no Brasil de uma nação moderna a partir das forças produtivas internas. Ao lado do nacionalismo, a crescente influência dos militares na cúpula governamental federal, vai fortalecer o projeto de consolidação nacional por meio da integração econômica. Favorecendo também a aceleração da efetivação de medidas ligadas à segurança nacional, como a criação de novos Territórios Federais nas áreas de fronteira. Ai incluso o Território Federal do Amapá.

2.5. Governadores /Interventores e a sua atuação no processo de transformação de Território Federal do Amapá, para unidade federativa.

O Território Federal do Amapá foi criado em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei nº 5.812. Durante o governo de Getúlio Vargas, e foi depois de sua criação por longo tempo administrado enquanto Território Federal por militares. (O controle dos militares sobre a vida política brasileira teve início logo nos primeiros dias de abril de 1964 e perdurou até 15 de março de 1985) Indicados diretamente pelo poder central. Entre eles estão:

Terêncio Furtado de Mendonça. (Novembro de 1962 a abril de 1964). Nomeado por João Goulart, (presidente do Brasil de 1961 a 1964, quando foi deposto pelos militares no Golpe de Estado de 1964). O coronel do Exército assume o governo do Território com o apoio do Deputado Federal Janary Nunes. (Ex governador do território). Seu governo enfrentou turbulências da Ditadura Militar. Os principais eventos de seu governo foram:

A criação do jornal “opinião”, de circulação semanal. Pertencente ao senhor Pauxy Nunes (família Nunes);

É criada à Guarda Noturna de Macapá (1962);

É fundada a Associação amapaense de imprensa (1963);

Luís Mendes da Silva (1904-1983) foi um militar, nomeado pelo presidente marechal Castelo Branco para governar o Amapá em 1964. Primeiro governador do Regime Militar no estado criou o *Diário Oficial do Território do Amapá*; delimitou pela primeira vez a zona urbana da capital Macapá, inaugurou a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes²⁰; e institui a Comissão Territorial de Investigação Sumária para “apurar atividades dos servidores territoriais que atentariam contra a Segurança Nacional”; Cria a SATFA (superintendência de Abastecimento do Território Federal do Amapá), Constitui ainda A Companhia Amapaense de telefones. Entre outras realizações.

De abril de 1969 a novembro de 1972, governa o Território Federal do Amapá o general **Ivanhoé Gonçalves Martins**. (1907-1972) O segundo do período da ditadura militar a governar o Amapá. Suas principais realizações foram:

Inaugura a BR-156, de Macapá a Clevelândia do Norte (Oiapoque);

Construiu o Ginásio Poliesportivo Paulo Conrado;

Cria o conselho territorial.

Por um período curto. Governou o Território Federal do Amapá, o Capitão de Mar e Guerra **Jose Lisboa Freire** (1922-2012), (novembro de 1972 - abril de 1974). Sua passagem a frente da administração do Território durou apenas dois anos. Sua maior contribuição foi na estrutura administrativa do Amapá.

De abril de 1974, a março de 1979, esteve à frente do governo do Território o Capital de Mar e Guerra **Arthur de Azevedo Hering**. Ele se notabilizou pela dinâmica administrativa e modernização da cidade de Macapá. Entre suas principais realizações estão:

Transfere o controle da UHE Coaracy Nunes para a Eletronorte;

Substitui a antiga Guarda Territorial pela Policia Militar do Amapá;

Transfere uma gleba de terras ao empresário Augusto Antunes para funda a AMCEL (Amapá Floresta e celulose LTDA),

²⁰. A Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (UHECN), também conhecida como Usina do Paredão é uma central hidroelétrica localizada no município de Ferreira Gomes, estado do Amapá. Utiliza o potencial hídrico do rio Araguari, e vem gerando energia para o estado desde 1975. A ELETRONORTE S/A assumiu oficialmente as responsabilidades da usina desde a fase inicial de construção no início da década de 1970, concluindo as obras em 1975 que abrangeram os sistemas de geração e transmissão. A Usina conta com duas unidades geradoras com potência instalada de 78 MW.

De março de 1979 a julho de 1985, passa a governar o Território Federal do Amapá, o Capitão de Mar e Guerra **Annibal Barcelos**. (1918-2011), conseguiu se popularizar ao ponto de mais tarde se eleger Deputado Federal e Prefeito de Macapá.

Até aqui foi apresentado os governadores do período militar. Agora é necessário fazer à apresentação de governadores que estiveram administrativamente à frente do território no período civil (Nova República).

Com o advento da Nova República²¹, inicia-se também a governabilidade civil no Amapá território. Um dos primeiros a governar o Território de (1985-1990) foi o engenheiro agrônomo e economista Jorge Novoa da Costa, que ficou a frente do governo por três anos e quatro meses. Em seu governo destacam-se as principais obras:

- Construção do prédio de processamento de dados;
- Instalação da primeira delegacia de crimes contra as mulheres;
- Ampliação do contingente da polícia Militar do Amapá, de 950 para 1.673 soldados;
- Construção do prédio da junta comercial do Amapá
- Várias obras no interior do então Território, principalmente na área agrícola.

Vale ressaltar a presença rápida do militar Doly Mendes Boucinhas (maio de 1990, menos de um mês) no governo do Território. Ocorreu para que fosse resolvido o impasse entre o presidente eleito do Brasil, o senhor Fernando Collor de Melo, e o governador Jorge Novoa da Costa. Fernando Collor, ao assumir o poder, havia feito a indicação o nome de Gilton Garcia para governar o Território. Até a eleição do novo governador (governador tampão). Acontece que, Novoa da Costa, (que governava o território) por sua vez insiste em ficar no governo por ter sido “referendado” pelo Congresso Nacional. Assim Boucinhas permanece no poder até a resolução do impasse.

Com o fim do impasse supracitado, chega ao território do Amapá, o amigo do presidente Collor. O sergipano Gilton Pinto Garcia. Que assumirá o governo de maio de 1990 a dezembro de 1990. Portanto administrara o Amapá por sete meses. Entre algumas obras de vulto de Garcia estão:

- Conclusão de parte de uma obra do Estádio de Futebol “zerão”;
- Conclusão do Teatro das Bacabeiras, obra iniciada no governo Barcelos;
- Conclusão e inauguração do prédio do Tribunal de Contas. Obra importantíssima para a transformação do Território em Estado;

²¹. Teve início em 1985, quando o vice-presidente eleito José Sarney assumiu a presidência do Brasil, após a morte do cabeça de chapa, Tancredo Neves. A nova República estabeleceu as eleições diretas em todos os níveis e tornou a legalizar os partidos políticos. Houve também o fim da censura e garantiu-se o direito de greve, e de liberdade sindical, além dos direitos trabalhistas, que foram aumentados. (Senado Federal).

Dá início a construção do Tribunal de justiça do Amapá. Obra de relevância fundamental para a transformação do Território em Estado.

Acredita-se que os governadores civis tiveram uma importante contribuição para a transformação do Território em Estado. Porém, a consolidação desse momento dar-se-á a partir e da contribuição do primeiro governador eleito o senhor Annibal Barcelos de 1991-1994. Pois é em seu governo que a transformação em Estado vai se efetivar. Sendo em seu governo que será criado o Tribunal de Contas do Estado, através do Decreto nº 0031/06-02-1991, e o Tribunal de justiça do Estado.

CAPÍTULO III

3.1. O processo da Constituição estadual do Amapá

A Constituição do Estado do Amapá, promulgada em 20 de dezembro de 1991, traz em seu preâmbulo:

Nós, os primeiros Deputados Estaduais, representantes do povo amapaense, reunidos em Assembleia Estadual Constituinte para instituir o ordenamento básico e reafirmar os valores que fundamentam os objetivos e princípios da Constituição da República Federativa do Brasil, invocando a proteção de Deus, inspirados no ideal de a todos garantir justiça, liberdade e bem estar, promulgamos a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ. (Assembleia Legislativa do Estado do Amapá).

A Constituição do Estado do Amapá é a *lei fundamental maior* da competência do processo legislativo do estado brasileiro do Amapá, conforme os padrões emanados pela Constituição do Brasil. Foi promulgada pela Assembleia Legislativa em 20 de dezembro de 1991, com esse ato Amapá ganha forma de Estado. Exatamente como manda o artigo 25 da Constituição Federal de 1988, e o art. 11²² da Constituição Estadual.

De acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, o Amapá deixa de ser Território Federal e passa a se tornar um Estado da Federação. Dessa forma, assim sendo, é criada a 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa em 1 de janeiro de 1991. E através da Assembleia Estadual Constituinte foi promulgada a primeira constituição em 20 de dezembro de 1991. (Alerg/Amapá).

²².Art. 11. Cada Assembleia Legislativa, com poderes constituintes, elaborará a Constituição do Estado, no prazo de um ano, contado da promulgação da Constituição Federal, obedecidos os princípios desta.

Parágrafo único. Promulgada a Constituição do Estado, caberá à Câmara Municipal, no prazo de seis meses, votar a Lei Orgânica respectiva, em dois turnos de discussão e votação, respeitado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

A redação do corpo²³ ou texto da atual carta política compõe-se de uma literatura com 357 artigos e, a estes, acrescentam-se 63 artigos do texto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.²⁴

O elenco formativo da primeira mesa diretora que irá dirigir os trabalhos e os serviços legislativos da Assembleia Constituinte da primeira Constituição do Estado do Amapá foi formada por um presidente, dois vice-presidentes e quatro secretários que assinaram a carta maior, foram eles:

- Nelson Salomão – Presidente
- Nilde Santiago – 1º Vice-Presidente
- Luís Barreto – 2º Vice-Presidente
- Félix Ramalho – Secretário Geral
- Dáqueo Ribeiro – 1º Secretário
- Adonias Trajano – 2º Secretário

Aluízio Gomes, Amíraldo Favacho, Antônio Teles, Fran Júnior, Geraldo Rocha, Hildo Fonseca, Janete Capibaribe, Jarbas Gato, Jefri Hippolyte, João Dias, Júlio Miranda, Manoel Brasil, Maurício Júnior, Regildo Salomão, Ricardo Soares, Sebastião Rocha e Waldez Góes. Foram os Deputados que compuseram a legislatura.

A ideia principal da pesquisa aqui é traçar um cenário político, com base em informações colhidas na Assembleia Legislativa e Tribunal Regional Eleitoral – TER e eleitores, formatado em grau demonstrativo da ação, desempenho governamental, origem social, socioeconômica, faixa etária, formação acadêmica, vinculação partidária, etc. Daqueles que formaram a primeira legislatura estadual (1991-1994) do Estado do Amapá. Em busca de resultados, que possam definir uma elite política local. Que revelem significativa participação e composição daquilo que se convencionou chamar elite.

²³. De acordo com: BRASIL, Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República 1^a ed. Brasília; Presidência da República/Imprensa Nacional, 1991. ISBN 858542162. Chama-se corpo ou texto a literatura organizada a partir dos artigos, exceto: artigos de cláusula de vigência e de cláusula revogatória.

²⁴ . O ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) é parte temporária da Constituição brasileira que regula questões específicas de transição e adaptação durante a implementação da Constituição de 1988, tratando de temas como prazos de adequação de leis e transição de mandatos.

Uma questão primeira colocada por historiadores e Cientistas sociais é a compreensão da governança (elite). Ou seja, o Estado de uma minoria que domina toda uma comunidade. Para uma compreensão da estrutura política, se faz necessário a investigação da origem social de seus membros. O modo de constituição das autoridades desse grupo, bem como os recursos sociais, econômicos e simbólicos que são mobilizados.

As muitas respostas a essas questões podem revelar informações importantes daqueles que detém o poder político, que são responsáveis pelas decisões dentro de uma comunidade. Tais respostas podem vir de várias formas. No discurso, na ação, na conversa, no projeto, etc.

Ao se estudar elites²⁵ o pesquisador pode se deparar de imediato com uma questão metodológica: Qual é o procedimento mais eficaz para identificar quem governa (a elite). Aqui o poder legislativo amapaense da primeira legislatura, (1991-1994). Na tentativa de entender a elite política amapaense durante certo período (1991-1994).

De acordo com esse procedimento, o “poder político” mobiliza a capacidade de tomar as principais decisões políticas e é exercido pelos sujeitos que controlam, formalmente as instituições políticas.

Perissinotto & Codatto (2007.p, 33), afirmam ter três razões que justificam a utilização do método posicional em estudos de elites. Citando Putnam (1986) é preciso observar que, em sociedades complexas como a nossa, é pouco provável que o “poder real” esteja completamente separado do “poder formal”.

Em segundo lugar, o método posicional, ao fazer uma sociologia dos ocupantes das posições de mando e ao identificar a origem social, a trajetória política e os valores da elite, permite traçar em linhas gerais informações como: Quais são de onde vieram e qual visão de mundo desse grupo.

Por fim o método posicional é de fácil aplicação. O que permite identificar que setores ou instituições seriam relevantes para uma pesquisa. Identificar os indivíduos que ocupam as posições de mando no poder legislativo amapaense no período de (1991-1994). Para isso foi necessário estruturar como ponto de partida dois tipos de

²⁵.A elite se constitui em âmbitos políticos diferenciados. Há uma elite econômica, uma elite política, uma elite jurídica, etc. Conforma Wright Mills, os membros da elite dominam porque “ocupam os postos de comando estratégicos da estrutura social”. Esses postos são estratégicos porque controlam “as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna”, quais sejam, “a máquina do Estado”, a “organização militar” e as “grandes companhias” (1981,p.12).

“instituição” o Poder Legislativo (em sua composição) e o comportamento parlamentar (origem social, educacional e perfil socioprofissional) e os partidos políticos.

3.2. Sobre recrutamento político

De forma geral, o termo recrutamento é utilizado nas pesquisas que buscam identificar como foram selecionados os membros de uma determinada elite política. Pesquisar o recrutamento político é, então, evidenciar e analisar o perfil político, social e econômico dos eleitos, isto é, daqueles que compõem uma elite escolhida pela população.

Uma pesquisa que envolve o recrutamento de certa forma procura entender e esclarecer quais são os atributos que a elite política possui e quais foram os impactos destes no decorrer da disputa pela obtenção do mandato. Consoante com esta pesquisa, procura-se desvendar os perfis parlamentares dos deputados Estaduais do Amapá em sua primeira legislatura (1991- 1994) e qual a influência dos atributos pessoais dos eleitos nessa sociedade.

Sobre o fator recrutamento, há autores que atribuem diferentes classificações, segundo o padrão necessário de acordo com cada pesquisa. Aqui, trataremos adiante sobre cinco fatores pertinentes à formação de um perfil dos parlamentares pesquisados, delineando as principais abordagens em cada um: origem familiar, socioprofissional e de classe; escolaridade; trajetória política e vínculos partidários.

No Estado do Amapá, a Primeira Legislatura teve início em 1º de janeiro de 1991, com a instalação da Assembleia Legislativa Constituinte, em Sessão Solene, presidida pela Desembargadora Dr. Maria Lúcia Marcos dos Santos, Presidente do TRE/PA.

Os Deputados Estaduais Constituintes, da 1ª Legislatura (1991/1994) e suas respectivas agremiações políticas foram os seguintes:

Tabela 01. Deputados eleitos e Partidos políticos

DEPUTADO (a)	PARTIDO POLITICO
01. ADONIAS DE FREITAS TRAJANO DE SOUZA	PFL
02. ALUIZIO GOMES DA SILVA	PRN
03. AMIRALDO DA SILVA	PTB

FAVACHO	
04. ANTONIO PINHEIRO TELES	PL
05. ANTONIO WALDEZ GÓES DA SILVA	PDT
06. DÁQUEO COSTA RIBEIRO	PTB
07. FÉLIX RAMALHO	PRN
08. FRAN SOARES NASCIMENTO JUNIOR	PDT
09. FRANCISCO MAURICIO DE SENA JUNIOR	PT
10. FRANCISCO MILTON RODRIGUES	PRN
11. GERALDO SOUZA ROCHA	PSB
12. HILDO DOS SANTOS FONSECA	PT
13. JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE	PSB
14. JARBAS FERREIRA GATO	PFL
15. JEFRI JOSÉ BRAGA HIPPOLITE	PFL
16. JOÃO DIAS DE CARVALHO	PFL
17. JOSÉ JULIO DE MIRANDA COELHO	PRN
18. LUIZ CANTUARIA BARRETO	PDT
19. MANOEL BRASIL DE PAULA FILHO	PL
20. NELSON BENEDITO SALOMÃO DE SANTANA	PFL
21. NILDE CECILIANO SANTIAGO	PL
22. REGILDO WANDELEY SALOMÃO / PFL	PFL

23. RICARDO SOARES PERREIRA DE SOUZA	PRN
24. SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA	PSDB

Fonte: Assembleia Legislativa do Amapá/TRE/Amapá.

Naquele momento, na legislatura de 1991-1994, as principais bancadas representativas dos partidos políticos que compunham aquela legislatura era composta pelo esquema apresentado abaixo:

Tabela 02. Posição do Parlamentar na Legislatura de 1991-1994.

Partido	Líder	Bancada	Posição
PFL	João Dias de Carvalho	6/24	Governo
PRN	João Dias de Carvalho	5/24	Governo
PL	Antônio Telles	3/24	Governo
PDT	Waldez Góes	3/24	Oposição
PTB	Amiraldo Favacho	2/24	Independente
PT	Francisco Senna	2/24	Oposição
PSB	Janete Capiberibe	2/24	Oposição
PSDB	Sebastião Rocha	1/24	Independente

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral – TER/ Assembleia Legislativa do Amapá.

A tabela 02 mostra a lista de deputados estaduais do Amapá eleitos para a legislatura de 1991- 1994 Um total de 24 deputados estaduais. Os parlamentares legislaram por um mandato de quatro anos. A cada biênio, foi eleita uma mesa diretora dentre os parlamentares para chefiar os trabalhos da Assembleia Legislativa do Amapá.

3.3. Origem familiar do parlamentar

Por que da necessidade de estabelecer a origem familiar do parlamentar?

Identificar a origem familiar do parlamentar é tarefa importante para a pesquisa, já que por intermédio dela é possível verificar algumas variáveis. Entre elas estão à mobilidade social do Deputado em questão, sendo esta ascendente ou não, isto é, se

houve uma elevação no nível social do mesmo ou declínio; e se a origem familiar possui alguma ligação com a trajetória política.

Quase sempre, em sociedades pequenas, do tipo provinciano. Como a sociedade amapaense dos anos 90 do século passado, comum é políticos profissionais adotarem formas/e ou associarem a técnicas de engajamento de arregimento pela luta em busca do voto pelo uso da dominação tradicional.

Max Weber (1999) aponta três tipos puros de dominação. A saber: legal, tradicional e carismática. É no tipo tradicional (Significa aquela situação em que a obediência se dá por motivos de hábito porque tal comportamento já faz parte dos costumes) que a dominação pode ocorrer em relação à trajetória política, pois o parlamentar recorre à crença de lideranças já existentes – no caso algum membro da família – sendo esta transferida por gerações.

Segundo Perissinotto (2003). A origem socioprofissional é o fator que recebe maior atenção dos trabalhos referentes às elites políticas, esta preocupação do autor diz respeito aos diversos tipos de abordagens relatadas às profissões dos políticos, cada qual compatível com as respectivas pesquisas.

No tocante a origem socioprofissional pelo menos três pontos são colocados em relação a este fator: qual é à base de seleção das elites políticas, ou seja, se essas são democráticas ou elitistas; há alguma relação entre profissão e comportamento político; existe determinada profissão que combina com a atividade política, isto é, as que favorecem o ingresso na carreira.

Rodrigues (2002), em seu estudo sobre as bancadas partidárias da Câmara dos Deputados estabelece a distinção entre profissão/ocupação. Separar, portanto, o “diploma” adquirido pelo político em relação à ocupação real é tarefa importante, pois assim é possível constatar qual a área de atuação de determinado político – ainda que profissão/ocupação coincidam, esta medida deve ser tomada.

Uma investigação da história de vida do político, no intuito de descobrir em quais profissões este atuou (ou atua), sempre é muito importante. A principal vantagem é uma análise qualitativa maior e melhor. Que pode preencher um espaço maior e dá visibilidade para outras perspectivas de análises.

Partindo dessa ideia buscou-se aqui levantar como as famílias tachadas de tradicionais e os partidos políticos amapaenses se agregam com a finalidade de

conquistar ou manter-se no poder. Podendo dessa forma caracterizar-se em uma elite política ou oligarquia política.

Para composição desse trabalho, em virtude do tempo e espaço, retirou-se uma amostra da mesa diretora e líderes partidários da legislatura de 1991-1994. Quanto à origem familiar do parlamentar.

Tabela 03. Origem familiar do parlamentar e composição na bancada.

Nome	Partido	Estado/Origem
Nelson Salomão	PFL	Pará
Nilde Santiago	PL	Amapá
Luís Barreto	PDT	Amapá
Felix Ramalho	PRN	Amapá
Dáqueo Ribeiro	PTB	Amapá
Adonias Trajano	PFL	Pará
João Dias de Carvalho	PFL	Pará
João Dias de Carvalho	PRN	Amapá
Antônio Telles	PL	Amapá
Waldez Góes	PDT	Pará
Amiraldo Favacho	PTB	Amapá
Francisco Senna	PT	Amazonas
Janete Capiberibe	PSB	Amapá
Sebastião Rocha	PSDB	Pará
Geraldo Rocha	PSB	Amapá

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

Na tabela acima os seis (6) primeiros parlamentares compunham na legislatura de 1991-1994, no primeiro biênio a bancada dessa legislatura. Os demais deputados, presentes na tabela, somam na composição de líderes partidários (líder de bancada). Um ponto importante a ser observada nessa compositura é a origem natural de cada deputado. Não temos somente parlamentar amapaense. Temos quase a metade de deputados nascidos no Estado vizinho Pará e um do Estado do Amazonas.

Para a pesquisa, o levantamento da formação profissional aliado à ocupação dos parlamentares será realizado, justamente para contrapor qual a escolaridade do mesmo e formação profissional com a atividade que exerce.

Tabela 04. Deputados (a) Partidos Político e Profissão

Nome do Deputado (a)	Partido	Profissão
1. ADONIAS DE FREITAS TRAJANO DE SOUZA	PFL	Policial civil/E/médio
2. ALUIZIO GOMES DA SILVA	PRN	Servidor público (agente de saúde)
3. AMIRALDO DA SILVA FAVACHO	PTB	Administrador/pecuarista
4. ANTONIO PINHEIRO TELES	PL	Médico
5. ANTONIO WALDEZ GÓES DA SILVA	PDT	Extencionista rural (técnico agrícola)
06. DÁQUEO COSTA RIBEIRO	PTB	Advogado
07. FÉLIX RAMALHO	PRN	Advogado
08. FRAN SOARES NASCIMENTO JUNIOR	PDT	Comerciante

09. FRANCISCO MAURICIO DE SENA JUNIOR	PT	Historiado (professor)
10. FRANCISCO MILTON RODRIGUES	PRN	Comerciante
11. GERALDO SOUZA ROCHA	PSB	Empresário (varejista)
12. HILDO DOS SANTOS FONSECA	PT	Teólogo
13. JANETE MARIA GÓES CAPIBERIBE	PSB	Tradutora (professora)
14. JARBAS FERREIRA GATO	PFL	Comerciante
15. JEFRI JOSÉ BRAGA HIPPOLITE	PFL	Comerciante
16. JOÃO DIAS DE CARVALHO	PFL	Agrônomo
17. JOSÉ JULIO DE MIRANDA COELHO	PRN	Militar
18. LUIZ CANTUARIA BARRETO	PDT	Técnico em eletrônica
19. MANOEL BRASIL DE PAULA FILHO	PL	Médico
20. NELSON BENEDITO SALOMÃO DE SANTANA	PFL	Economista

21. NILDE CECILIANO SANTIAGO	PL	Professor
22. REGILDO WANDELEY SALOMÃO	PFL	Economista
23. RICARDO SOARES PERREIRA DE SOUZA	PRN	Advogado
24. SEBASTIÃO FERREIRA DA ROCHA	PSDB	Médico

Fonte: Assembleia Legislativa do Amapá/TRE/Amapá

3.5. Nível de escolaridade

Quanto à pesquisa de formação escolar dos deputados estaduais da primeira legislatura (1991-1994). Ao concernente as variáveis elites política em relação à escolarização superior a pesquisa encontrou um quantitativo de 11 deputados estaduais que se declaravam com formação superior. O que possibilita levantar já uma indagação. A elite política desses deputados é altamente escolarizada?

A seguir mostrar-se a uma tabela com os indicativos de escolaridade dos deputados.

Tabela 05. Escolaridade dos deputados Estaduais (1991-1994).

Grau de Escolaridade	Quantitativo de deputados
Superior Completo	17
Superior Incompleto	01
Ensino Médio	05
Ensino Médio Incompleto	01
Ensino Fundamental	0
Total	24

Tabela 06. Cursos superiores e/ou técnicos realizados pelos deputados estaduais (1991-1994).

Historia	01
Teologia	01
Tradutora	01
Agronomia	01
Militar	01
Técnico em eletrônica	01
Medicina	03
Economia	08
Professor	01
Direito	03
Outros	03
Total	24

Fonte: Banco de dados do autor

Estudos sobre elite política apontam a educação como um dos instrumentos mais importante para se ter acesso a postos de comando (governança). Love revela que ter curso superior era uma credencial necessária para fazer parte da elite política paulista durante a primeira república (LOVE, 1982); ainda nessa mesma perspectiva Carvalho demonstra que a educação já foi o principal meio de socialização e recrutamento político das elites políticas no Período Imperial. (CARVALHO, 2003).

Pode-se mencionar nessa direção o trabalho de Fleischer que vai discutir sobre a fundamental importância da educação para a composição e o recrutamento parlamentar no cenário político parlamentar brasileiro, entre o período que vai de 1946 a 1967, (FLEISCHER, 1976, 1981).

No caso dos parlamentares amapaenses, do quadro referendado (1^a legislatura, 1991-1994) o nível de escolaridade observado, descrito no quadro acima, leva-nos a pensar em uma elite parlamentar amapaense não apenas do ponto de vista da posição institucional que ocupa dessa forma a tabela cima poderá mostrar de forma geral a posição educacional desses parlamentares.

O nível educacional dos parlamentares amapaenses (1991-1994) parece alto se comparado aos dados referentes à elite nacional. Comparando aos estudos de Santos (2000), segundo nos informa que durante o período de 1987-1999, 84% dos Deputados Federais possuíam ensino superior, e Rodrigues (2002) em trabalho mais recente trás dados semelhantes para os anos 1999 e 2003.

Na questão escolarização. Percebeu-se que a educação dos indivíduos analisados (Deputados Estaduais da Legislatura 1991-1994), cabe notar que, o curso de formação superior, os graduados em Economia, Medicina e Direito, aparecem como os grupos mais expressivos, dos deputados portadores de ensino superior foram diplomados nesses cursos.

Putnam, (1976) diz que “ter um alto nível educacional, talvez, seja, na maioria dos casos, mais importante do que ter uma origem social de destaque”. Pensamento já presente em Gaetano Mosca no The Ruling Class (1939, p.53), (PUTNAM, 1976, p.26-32).

Quase sempre ao se traçar estudos sobre elites políticas é comum que se descreva as profissões (ocupações) que ora estavam desempenhando os entes em estudos. Daí as informações sumariadas acima, fornecem alguns indícios sobre a composição social da Assembleia Legislativa do Amapá – ALAP – de forma insuficiente, mas ainda assim, podem-se sugerir algumas conclusões sobre a posição ou nível dos Deputados Estaduais em termos de estratos sociais.

3.6. Origem familiar versus vínculos políticos.

Aqui se verificou um número pequeno de deputados que se vinculavam a políticos de outra ramagem política. Para isso realizou-se um levantamento histórico-familiar simplório, com objetivo de encontrar e identificar se algum dos deputados já ocupara cargos de Prefeito, Vereador, ou Deputado Federal.

Para tornar a pesquisa fluida, optou-se em locar em pauta a Mesa diretora constituída na primeira legislatura (1991-1994).

A estrutura das mesas diretoras ficou assim organizada:

A Mesa Diretora da I Legislatura – Período: de 02/01/1991 a 31/12/1994

Tabela 07. **1º biênio: de 02/01/1991 a 31/01/1993.**

CARGO	NOME	PARTIDO
Presidente	Nelson Salomão	PFL
1º Vice-Presidente	Nilde Cecílio Santiago	PL
2º Vice-Presidente	Luís Cantuária Barreto	PDT
Secretário Geral	Félix Ramalho	PRN
1º Secretário	Dáqueo Costa Ribeiro	PTB
2º Secretário	Adonias Trajano.	PFL

2º biênio: de 01/02/1993 a 31/01/1995

CARGO	NOME	PARTIDO
Presidente:	José Júlio de Miranda Coelho	PRN
1º Vice-Presidente	Fran Soares Nascimento Jr	PDT
2º Vice-Presidente	Amiraldo Favacho	PTB
Secretário Geral	João Dias de Carvalho	PFL
1º Secretário	Luís Cantuária Barreto	PDT
2º Secretário	Félix Ramalho	PRN

Fonte: Assembleia Legislativa do Amapá

Natural de Afuá, Município Paraense, **Nelson Salomão**, nasceu em 1948 e faleceu em 1995, aos 46 anos. Era economista formado pela Universidade Federal do Pará e

Pós-graduado em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Ceará, pertencia a uma das mais tradicionais famílias políticas que se instalou no Amapá, família Salomão. Nomes como da ex-conselheira Margareth Salomão, também falecida, e do próprio ex-deputado Jorge Salomão. Pertenciam ao clã dos Salomão.

Nelson exerceu relevantes funções públicas, foi diretor de planejamento do então Território Federal do Amapá e presidente da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa), além de vereador de Macapá.

Nilde Ceciliano Santiago nasceu na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, no dia 23 de novembro de 1937; faleceu na Capital amapaense no dia 14/06/2005, e foi sepultado nessa cidade. O mato-grossense Nilde Ceciliano Santiago chegou ao Amapá em 1974, como diretor do Projeto Rondon, projeto ligado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRJ; foi responsável pela construção do Parque Florestal, hoje Bioparque; trabalhou também como responsável pelo desenvolvimento do setor rural e pecuário do Amapá; isso lhe credenciou ao cargo de Representante do Ministério do Interior no Amapá, assumindo a responsabilidade da fiscalização do Governo Federal no Território Federal do Amapá. Pelo que a pesquisa apurou não tinha tradição familiar na política local e nem em Mato Grosso.

Luiz Cantuária Barreto, conhecido como Lucas Barreto, é um político brasileiro, filiado hoje ao Partido Social Democrático. Atualmente, é senador pelo Amapá. Foi eleito Deputado Estadual no ano de 1990, tendo participado da elaboração da Constituição do Estado do Amapá como Relator da Comissão da Ordem Econômica e Social, além de Relator Adjunto da Constituição Estadual. Foi o 7º candidato mais votado e o mais jovem entre os eleitos. Nos anos de 1991 e 1992, ocupou na Mesa Diretora da Assembleia Legislativa a função de 2º Vice-Presidente e, no biênio 1993/1994, a função de 1º Secretário;

Em 1994 foi reeleito Deputado Estadual, tendo ocupado as funções de 1º e 2º Secretário na Mesa Diretora nos Biênios 1995/1996 e 1997/1998, respectivamente, além de membro titular da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;

Foi novamente reeleito em 1998 para o Cargo de Deputado Estadual, ocupando as funções de Relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e de Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá;

Em 2002 foi reeleito Deputado Estadual, tendo sido eleito Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá para o biênio 2003/2004.

Foi vereador do Município de Macapá no período de 2013 a 2016. Em 2018, foi eleito Senador pelo estado do Amapá. Não foi encontrado vínculo político partidário com famílias tradicionais antes de 1990.

Félix ramalho, Secretário Geral da Mesa Diretora da I Legislatura – Período: de 02/01/1991 a 31/12/1994. Biênio de 02/01/1991 a 31/01/1993. Paraense de Itaituba, município do Pará, carrega uma linhagem política de grandes nomes no Pará. (È filho de João catete de Amorim (protético e taifieiro de profissão) e de Raimunda de Almeida ramalho doméstica).

O Advogado, **Dáqueo Ribeiro** fez parte da Mesa Diretora da I Legislatura – Período: de 02/01/1991 a 31/12/1994. 1º biênio: de 02/01/1991 a 31/01/1993. Como 1º Secretario. Não foram encontradas informações de ligação política anterior seu ingresso a primeira legislatura de deputado estadual (1991- 1994).

Adonias de Souza Trajano. Foi membro da Mesa diretora da I legislatura – Período de 02/01/1991 a 31/12/1994. 1º biênio: de 02/01/1991 a 31/01/1993. Como 2º Secretario. Nasceu na cidade de Afuá, Município paraense em 16 de novembro de 1939. Como profissão exercia a atividade de policial civil. Declarou-se possui o Ensino Médio. Não foram encontradas informações de vínculos familiares tradicional na política amapaense.

Mesa Diretora da I Legislatura – Período: de 02/01/1991 a 31/12/1994.

Tabela 08.2º biênio: de 01/02/1993 a 31/01/1995

CARGO	NOME	PARTIDO
Presidente	José Júlio Miranda	PRN
1º. Vice-Presidente	Fran Tavares	PDT
2º. Vice-presidente	Amiraldo Favacho	PTB
Secretário geral	João Dias	
1º. Vice-Presidente	Luis Cantuária (Lucas	PDT

	Barreto	
2º. Vice-presidente	Felix Ramalho	PRN

Fonte: Assembleia Legislativa do Amapá.

Sendo que na composição geral da formação da Assembleia Legislativa estavam complementados os seguintes Deputados estaduais:

Tabela 09. Composição dos Deputados Estaduais/Legislatura de 1991-1994.

NOME	PARTIDO
Waldez Góes	PDT
Nilde Santiago	PL
Nelson Salomão	PFL
Milton Rodrigues	PRN
Adonias Trajano	PFL
Manoel Brasil	PL
Lucas Barreto	PDT
Gefri Hipólito	PFL
Amiraldo Favacho	PTB
Regildo Salomão	PFL
Antônio Teles	PL
Geraldo Rocha	PSB
Janete Capiberibe	PSB
Fran Junior	PDT
Ricardo Soares	PRN

Aluízio Gomes	PRN
Hildo Fonseca	PT
Félix Ramalho	PRN
Jarbas Gato	PFL
Dáqueo Ribeiro	PTB
João Dias	PFL
Sebastião Rocha	PSDB
Francisco Sena Junior	PT
Jose Miranda Coelho	PRN

Fonte: Assembleia Legislativa do Amapá

Assim sendo, a análise da pesquisa constatou que a origem familiar não foi um fator preponderante para a obtenção de um mandato de deputado estadual na legislatura de (1991-1994) na assembleia, tampouco há presença da dominação tradicional segundo Max Weber (COHN, 2005). Logo, possuir algum membro na família no cenário da política local é uma condição que não favorece os postulantes para o cargo neste período analisado, o que implica dizer ainda que, por esse dado, não se constatar a presença de “oligarquias” na política amapaense no período destacado. Principalmente entre os eleitos

3.7. Vínculos sociais e institucionais

Nesse espaço a ser preenchido pelos partidos políticos e vínculos sociais, será impossível descrever de forma profunda os mecanismo de composição estrutural dos partidos políticos em sua totalidade. A maioria dos estudos relativos aos partidos políticos, está vinculado, sobretudo as análises doutrinarias. Isso decorre da noção liberal de partido, que vai considerar como um agrupamento ideológico “um partido é uma reunião de homens que professam a mesma doutrina política”, escrevia Benjamin Constant em 1816.

Na contemporaneidade, diz Schmitt (2000, p.7), que “os regimes democráticos contemporâneos tem como um de seus principais requisitos a liberdade de organização partidária”, no entanto, nos últimos tempos, pesquisas dizem ser possível identificar na opinião pública certa descrença em suas posturas. Graças a inúmeros fatores.

Na mesma condução Motta (1999, p.10) vem corroborar afirmando que “essencialmente, os partidos são agrupamentos de pessoas que almejam o poder. Elas se organizam em um partido com o fim de conquistar e conservar o poder”. Dessa forma, os partidos políticos modernos apresentam formação composta de uma propositura ideológica.

Partidos políticos são formados às vezes em torno de líderes carismáticos. Que podem arregimentar sujeitos que compartilham seus núcleos ideológicos. Assim, os partidos políticos são produtos de motivação ideológica quanto de desejo pelo poder.

3.8.comportamento ideológico:

Todos os indivíduos e grupos sociais, de qualquer sociedade, são dotados de ideias e interesses. Possuem interesses relacionados às ideias e valores que orientam o comportamento e as decisões dos indivíduos e grupos que compõem a sociedade. Essas ações e percepções do mundo são baseadas em ideologia. A ideologia, assim como a cultura, é um elemento essencial para a compreensão das relações sociais.

A sociedade é formada por uma série de princípios, valores e pensamentos, que orientam comportamentos cotidianos, na maioria das vezes, sem que se perceba sua ação. Nem sempre nos demos conta disso. É esse conjunto de ideias, de pensamentos, de atitudes, que orienta o comportamento político dos indivíduos de uma sociedade. Consciente ou inconsciente, todas as pessoas seguem uma determinada postura, pois procura um ideal para a vida.

Para Gramsci, a ideologia pode ser compreendida como visão de mundo, ou seja, um conjunto de perspectivas produzidas pelas diferentes classes sociais, que se materializam nas práticas sociais ao mesmo tempo em que são influenciadas por elas, formando um sistema de valores culturais. Estão presentes nas relações com nossa família, com a escola, com a religião, com os partidos políticos, etc.

Para Guido Liguori (2007, p. 80) existem em Marx duas concepções de ideologia, uma entendida como ‘falsa ideologia e/ou falsa consciência’ presente no livro *A*

ideologia alemã (1845-46), e outra, encontrada no Prefácio à *Crítica da Economia Política* de 1859, renovada por Engels. Ou seja, no Prefácio de 1859, autor ampliará o conceito, analisando a ideologia no campo da superestrutura necessária a consciência da vida social e real dos sujeitos em sociedade.

Para Marx, na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social.

Considerações finais

Uma teoria social ou política nunca é o resultado de um pensamento isolado de um filósofo de um intelectual talentoso. Quase sempre, o que os motiva a um pensador a especular determinada explicação da vida social e política são os eventos marcantes que emergem na sociedade de seu tempo. Assim, por esse motivo, compreender plenamente as elaborações da teoria política exige breve referência ao contexto histórico e intelectual que estimulou os teóricos fundadores dessa teoria.

Para a fundamentação teórica dessa pesquisa, se fez necessário buscar os pais fundadores da teoria do Elitismo. Inicialmente os italianos Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto e posteriores os teóricos do elitismo democrático, Dahl e sua concepção teórica de poliarquia, Schumpeter e Giovanni Sartori.

Nessa pesquisa procurou-se conceituar “elite política”. Para tal, nos detemos em três aspectos visando um melhor entendimento quanto à formação desta categoria: primeiro, buscou-se conceituar elite política através de uma análise sobre a sua formação e estruturação durante o surgimento do Estado Moderno; segundo, visualizou-se a articulação e o engajamento dessa elite política nas instituições da sociedade civil organizada em face à nova estruturação da política; terceiro, enfocou-se “elite política” dentro de uma perspectiva paroquial (Estado do Amapá) e região, objetivando perceber sua atuação no processo de homogeneização do então nascente Estado do Amapá.

A análise da ação política desse segmento, (Elitismo) dentro de uma perspectiva teórica, contribui para a compreensão das relações sociais de dominação quer histórica ou atual de determinada sociedade. Permite inferir as estratégias políticas que contribuíram para a elite do poder fortalecer suas demandas e as instituições que ao mesmo tempo, lhe garantiram a manutenção da hierarquia social.

Nesse caso, a análise procura identificar a atuação da elite política nas instituições da sociedade civil. (Assembleia Legislativa e Sociedade Amapaense), Considerando, ainda, as estratégias da elite política em âmbito regional para a vinculação entre o desenvolvimentismo econômico, político e o discurso de uma identidade renovadora. O Estado nascente do Amapá.

A partir destes objetivos a pesquisa estruturou-se em três questões importantes: a primeira diz respeito à coerência teórica de elite política que, através de seu engajamento fundamentou-se a partir da ideia dos teóricos assim chamados de elitistas.

A segunda procurou mostrar um panorama com o posicionamento político da assim chamada democracia elitista. Apresentando como principais expoentes Joseph Schumpeter, Robert Dahl e Giovanni Sartori. No processo de construção político do conceito de elite. Num terceiro momento, procura-se apontar de que modo a elite política e oligárquica amapaense da primeira legislatura (1991-1994), se constitui e serviu a política regional.

Para Bobbio (1992, p. 386) “em uma sociedade, existe sempre, e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada”. O extrato da sociedade que reúne condições para exercer estratégicamente o controle do poder decisório no campo político, ideológico e econômico é essa minoria nomeada elite política. Bobbio (1992) destaca que este segmento detém o controle do campo político na maioria das sociedades tradicionais ou modernas e, estando organizada institucionalmente, pode, em última instância, recorrer à força para tornar válidas suas decisões.

De acordo com nossas pesquisas, os critérios tradicionais para caracterizar “elite” na sociedade amapaense podem ser identificados por cinco pontos fundamentais:” o recrutamento político, a origem familiar, as funções ocupadas, escolaridade e o comportamento político. Esses elementos já são tradicionais nos estudos sobre elite e puderam nos oferecer a possibilidade de definir com clareza os mecanismos de reprodução social desse segmento na composição do mandato legislativo na Assembleia legislativa no primeiro período de 1991-1994.

Os elementos mencionados acima foram os principais critérios para a definição política do termo elite, visto que em praticamente todas as sociedades, encontramos pelo menos um desses elementos nos grupos de comando das áreas políticas, econômicas e sociais. Visto que eles nos permitiram extraír da composição dessa primeira legislatura sua principal forma política.

Na análise clássica do conceito de elite nos estudos de Pareto (1996) e Mosca (1975), evidencia-se a capacidade de engajamento desse segmento na manutenção de estruturas sociais que possam garantir seu prestígio, o monopólio do poder político e,

ainda, incentivar condições para as transformações nas relações econômicas, sociais e políticas, com a manutenção de sua posição de comando. Para estes dois autores, o conceito de elite é a chave das pesquisas no campo das ciências sociais.

Para os elitistas, entender as relações do poder político nas distintas sociedades durante a história passa a ter um componente novo na elaboração teórica dos cientistas sociais. O termo *elite* possui uma flexibilidade conceitual ampla, mas é utilizado majoritariamente em pesquisas para classificar setores que detém o poder político ou econômico. Foi o que se pretendeu alcançar em nossa busca em estudar elites e oligarquia no Amapá. Além disso, o conceito nomeia estratos sociais vinculados a distintos segmentos.

Assim ficou claro em nossa pesquisa que a elite política amapaense possui uma origem social descentralizada, muitas vezes estrategicamente articulada nas instituições da sociedade civil, proveniente, principalmente das cercanias das ilhas paraense, o que significa que não é apenas a burocracia estatal que fornece projeção política. E esse é um elemento fundamental para se entender a elite política: ela não se restringe genericamente a semelhanças de origem econômica, social ou cultural, mas a de coordenada capacidade de intercâmbio estrutural e tentacular, com o setor econômico, burocrático, religioso e intelectual, entre outros.

Evidentemente, como se percebe ao longo desse trabalho a falta de dados longitudinais, nos impediu de produzir generalizações seguras acerca do processo de recrutamento, dos valores, dos tipos e das ações dos parlamentares aqui expostos.

Dante disso, podemos tirar algumas conclusões acerca do que foi encontrado como resultado da pesquisa. (elite política amapaense). Em termos mais simples. Quem são?

De início, podemos notar a presença de formação de uma elite externa se comparada à análise comparativa entre o local (Macapá) dos candidatos eleitos e o local do primeiro cargo público antes de ingressarem ao Parlamento: vimos que essa composição se estrutura de fora pra dentro. Ou seja, não há uma formação de elite surgida especificamente na cidade de Macapá. Mas que se compõe de fora para dentro.

Quando analisamos a experiência partidária dos deputados estaduais eleitos, observamos a história construída dos deputados estaduais nos partidos políticos. Notamos com os resultados que a maior parte dos deputados eleitos entre os anos de

1991 e 1994 estiveram apenas em um partido antes de cada pleito estudado, ou seja, em média 54% dos deputados pertenceram ao partido em que foram eleitos;

Assim, algumas conclusões importantes podem ser expostas neste tópico final, uma vez apresentados todos os resultados da pesquisa e o “índice de elitização”. Acreditamos ter contribuído para enriquecer o debate em torno de um dos principais problemas epistemológicos que a Teoria das Elites suscita, qual seja: uma definição para elite. No presente trabalho, foram construídos tipos ideais para definirmos elite como: 1) elite governamental, a partir do conjunto daqueles membros formativos da Assembleia Legislativa, e 2)Uma elite Política formada por homens.

Concluímos, a partir dos dados analisados, haver uma elite intelectual, formada a partir de vários elementos políticos, tanto local mais principalmente das ilhas vizinhas (Pará) composta em sua maioria de homens e de pequenos comerciantes, intelectuais e empresários. Com relativa baixa circulação no seio das elites mercantis (grandes empresários) que formavam os nomes constituintes da elite local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTONI, Ettore A. **Doutrina da classe política e teoria das elites;** tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago: 1990.

AMAPA. **Anuário estatístico do Amapá.** Amapá, 1968 e 1997

AMAPÁ. **Assembleia Legislativa. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da ICOMI.** Macapá, 1999

ARAÚJO, Francisco. **Informações sobre a história do Amapá.** 1981.

ARRUDA, Larissa Rodrigues. **A pesquisa sobre elites.** Revista Agenda Política | Vol.4 – n.3 – setembro/dezembro – 2016 | ISSN: 2318-8499.

AVRITZER, Leonardo. **Racionalidade e Participação: uma crítica habermasiana ao elitismo democrático. A moralidade da democracia.** São Paulo: Perspectiva, 1996.

BALDUS, Wolfgang. **Os selos postais da República da Guiana Independente: República do Cunani: nativos da Amazônia /** tradução de Ana Luíza Barros de Almeida. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. (Edições do Senado Federal; v. 267)

BAQUERO, Marcello. **Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira.** In: PERISSINOTTO, Renato; FUKS, Mario (Org.). **Democracia - Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** 4^a ed. Brasília:

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade.** Trad. Otavio Guilherme Velho. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Momentos de histórias da Amazônia.** Imperatriz: Ética, 1998.

CARVALHO. Jose Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de janeiro: editora UFRJ/relume-Dumará,1996.

CHANDLER, Alfred D. **Ensaios para uma teoria histórica da grande empresa.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)
- CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá. Macapá:** RUMO, 1962.
- DAHL, Robert. **Um prefácio a teoria democrática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- Ed.UnB, 1992.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** V.II. São Paulo: Globo, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GONÇALVES, Everaldo; SERFATY, Abraham. **Perfil analítico do manganês.** Brasília, DF: DNPM, 1976.
- GRYSNZPAN, Mario. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de janeiro: Editora FGV, 1999.
- HELDE, David. **Modelos de democracia.** Madrid alianza: 2001.
- HOEBEL, E. Adamson, FROST, Everett L. **Antropologia social e cultural.** São Paulo: Cultrix. 1981.
- HOLANDA. Cristina Buarque. **Teoria das elites.** Rio de Janeiro. Zahar, 2011.
- <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/70441>
- <https://fortalezas.ufsc.br/2022/06/07/tratado-de-tordesilhas-faz-528-anos-entenda-a-relacao-com-as-fortalezas/> acessado em 12/09/2023.
- <https://prontuario-democracia.sociales.unam.mx/wp-content/uploads/2021/05/Democracia-procedimental.pdf>. Acessado em 23/08/2023.
- <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/.acessado> em 23/09/2023.
- <https://www12.senado.leg.br/hpsenado.aCESSADO> em 15/11/2023.
- Le Bon, Gustavo. **Psicologia das multidões.** F. Briguiet& CIÁ. Rio de janeiro. 1954.
- LEAL, Maura da Silva. **A cidade imaginada: Histórias e vivências em Macapá nos primeiros anos do Território federal do Amapá.** Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 35, nº 76, p.289-308, Maio-Agosto 2022.

LEISTER, Ana Carolina; CHIAPPIN, José R.N. **A Teoria da Democracia de Giovanni Sartori: Uma Defesa da Democracia Representativa. Revista Política Hoje.** 2. ed. Volume 22. p. 65-86. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicahoje/article/view/3764>>. Acesso 30/08/2023.

Lobato, Sidney. (Org). **Fronteirizações: experiências fronteiriças na Amazônia setentrional (séculos XVIII e XIX).** 1º ed. Belém, PA: Paka Tatu, 2021.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937).** Rio de Janeiro Paz e terra, 1982.

Ricardo Nogueira Monnazzi; Juvêncio Borges Silva; Luís Felipe Ramos Cirino; Ricardo dos Reis Silveira. **A democracia e a cidadania ativa no Brasil: uma análise crítica à luz da teoria democrática de Giovanni Sartori** Rev. Eletrônica Pesquiseduca. Santos, V.13, N. 29, p.66-88, jan.-abril 2021.

MARX, Karl. **Ideologia Alemã.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

MAYER, Arno J. **A força da tradição. A persistência do antigo regime.** São Paulo. Companhia das Letras. 1987.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Ed. UnB, 1982.

MIGUEL, Luís Felipe. **Sorteio e representação democrática. Lua Nova.** São Paulo, n.50, p.69-96, 2000^a.

MONTEIRO, De Abreu Maurílio. **A ICOMI no Amapá: Meio século de exploração mineral.** Novos Cadernos – NAEA- v. 6, n. 2, p. 113 -168, dez. 2003

MOSCA, G. “**A classe dirigente**”. In: Sociologia Política, Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MOTTA, Sá Rodrigo Patto. **Introdução à historia dos Partidos políticos Brasileiros..**2^a edição revisada.Belo Horizonte.Editora UFMG,1999.

PATEMAN. Carole. **Participação e teoria democrática;** trad.Luis Paulo Roanut. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

PARETO, V. **As elites e o uso da força na sociedade.** In Souza, A. (org.). Sociologia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

_____. **Tratado de sociologia geral.** In J. A. Rodrigues. (org.). Vilfredo Pareto: sociologia. São Paulo: Ática, 1984.

PERISSINOTO. Renato, LUIS, Domingos Costa, LUCAS Massimo. **As elites políticas: questões de teoria e método.** Curitiba, Intersaber, 2018

- PLATÃO. A República.** 3 ed. São Paulo, Editora Martin Claret, 2000.
- PORTO, Jadson Luís Rebelo. AMAPÁ: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000.** Macapá: Edição do Autor, 2003.
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- REIS. Arthur Cezar Ferreira. A Amazônia e a cobiça internacional.** Rio de Janeiro: Record, 1968.
- ROMANI Carlos O «Massacre do Amapá»: uma guerra imperialista que não houve.** Caravela (1988-) N° 95, Mélanges (2010), pp. 85-118 (34 páginas) Publicado por: Presses Universitaires du Midi.
- SARNEY, José; COSTA, Pedro. Amapá a terra onde o Brasil começa.** Brasília. Senado Federal, Conselho editorial, 1999.
- SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisada.** São Paulo: Ática, 1994.2v.
- SARTORI, Giovanni. Partidos e Sistemas Partidários.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SCHMITT. Rogério. Partidos Políticos no Brasil: (1945-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed.2005.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia.** Trad. Luís Antônio de oliveira Araújo. São Paulo; editora da UNESP, 2017
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- SILVA, Maura. Leal. “o território imaginado”: Amapá de território a autonomia política (1943-1988). 2017.** Tese (doutorado em Historia).Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2017.
- VALENTE, Manoel Adam Lacayo. Democracia enclausurada: um debate crítico sobre a democracia representativa contemporânea.** Brasília: Plenarium, 2006.
- WEBER, Max. Política como vocação.** In: Idem. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 19^a edição, 2005. Brasília: Plenarium, 2006.